



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**CINTHIA GUIMARÃES RIVERO GONZALEZ**

**O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: A CRISE DO CAPITAL E A  
GESTÃO DA BARBÁRIE**

**RIO DE JANEIRO**

**JULHO DE 2021**

CINTHIA GUIMARÃES RIVERO GONZALEZ

**O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: A CRISE DO CAPITAL E A  
GESTÃO DA BARBÁRIE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço Social  
da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como parte dos requisitos  
necessários para obtenção de grau na  
formação de bacharel em Serviço  
Social.

Orientador: Prof. Dr. Marildo Menegat

**RIO DE JANEIRO**

**2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai, Marcio Rivero Gonzalez (*in memoriam*), meu primeiro orientador na vida, que influenciou na formação do meu caráter e em todas as minhas escolhas, sempre me incentivando a pensar e refletir sobre o mundo.

Agradeço ao meu companheiro dessa jornada terrena Daniel Fernandes Escaleira por todo apoio e dedicação, mesmo sem concordar com minhas vertentes teóricas sempre me incentivou a seguir em frente.

Agradeço ao meu orientador acadêmico Prof. Marildo Menegat por acreditar, desde o meu primeiro período nesta graduação, no meu potencial acadêmico, sempre orientando e acompanhando todas as minhas inquietações sobre o mundo contemporâneo.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender o Serviço Social na contemporaneidade. Foi desenvolvido com base nas análises da crise estrutural do capitalismo, o estado de exceção e a regressão social à barbárie. A análise crítica é fundamentada por meio de estudos bibliográficos de diversas áreas do saber como economia política, história, direito, filosofia, sociologia e serviço social, a fim de entender o objeto de atuação do Serviço Social e a sociedade contemporânea na qual o profissional está inserido, tanto como sujeito social, quanto como agente na divisão sócio-técnica do trabalho. Para tanto, aborda-se o contexto histórico e econômico vivenciado ao longo do século XX para compreender a crise estrutural do capital e suas consequências nos dias atuais. A partir da Terceira Revolução Tecnológica, de forma contraditória, as estruturas que compõem a sociedade baseada no capital começam a ruir justamente por seguir o caminho da única finalidade deste modelo -a busca constante pelo lucro. Desde então, não é mais possível manter qualquer caráter civilizatório neste modelo social que alcançou seu ápice no Estado de Bem-Estar. A mudança no mundo do trabalho e a ausência de um modelo societário substitutivo levam a sociedade a uma regressão social bárbara. Para atuação do Serviço Social é necessário que o profissional entenda toda a dinâmica em que está inserido, atuando criticamente com a realidade apresentada diante de um mundo do trabalho que não existe mais e de uma massa de seres humanos sobrando aos interesses do Capital. Com o desenvolvimento da pesquisa é possível concluir que a formação/atuação profissional precisa conter a análise do colapso estrutural do capitalismo no século XXI, compreendendo aquilo que reproduz e permite o sustento do

capitalismo em sua forma mais perversa, e daquilo que pode ser um potencial revolucionário para a superação dessa ordem social. Por fim, conclui que resta agora duas formas para atuação profissional: como gestor da barbárie ou como viabilizador da mudança social.

Palavras chaves: Serviço Social; crise estrutural do capitalismo; barbárie; estado de exceção.

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>P.6</b>
	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>P.8</b>
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 1 A QUESTÃO SOCIAL E A SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	<b>P.10</b>
<b>1.1</b>	A QUESTÃO SOCIAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	<b>P.10</b>
<b>1.2</b>	O SISTEMA CAPITALISTA E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	<b>P.14</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 2 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, ESTADO DE EXCEÇÃO E A BARBÁRIE</b>	<b>P.23</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 3 O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI</b>	<b>P.36</b>
<b>3.1</b>	OS PRINCÍPIOS ÉTICOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO	<b>P.36</b>
<b>3.2</b>	A MUDANÇA SOCIAL	<b>P.41</b>
<b>3.3</b>	REFLEXÕES SOBRE O CONSERVADORISMO PROFISSIONAL	<b>P.47</b>
<b>3.4</b>	AGENTES DA MUDANÇA OU GESTORES DA BARBÁRIE?	<b>P.53</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>P.60</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>P.63</b>

## APRESENTAÇÃO

Formada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito – UFRJ em 2012, a autora atuou como advogada na esfera cível até o ano de 2016, ano de falecimento de seu pai. Arrimo de família, desde muito cedo exerceu atividades laborativas, sendo a primeira em sua genealogia a ter curso superior. Sempre questionadora dos conflitos sociais, desigualdades e injustiças do mundo, não conseguia enxergar no Direito uma forma de superação dessas questões. Com o exercício contraditório dessa profissão –hoje com conhecimento de que apenas reflete e mantém um sistema societário perverso- a autora começou a adoecer mentalmente. Diante da encruzilhada entre formas de sustento e saúde mental a autora decide retornar à universidade a fim de cursar uma nova graduação. Ingressa novamente na UFRJ pelo sistema de isenção de vestibular, inicia a graduação em Serviço Social e nela encontra respostas para muito do que lhe incomodava no universo jurídico. Após o falecimento de seu pai, a autora pode ter o privilégio de se dedicar integralmente à faculdade, uma vez que seu marido – diante de suas angustias- assumiu a responsabilidade financeira do seu lar. Pela sua experiência pessoal de vida e dos conhecimentos acumulados do Direito, a atual graduanda, por muitas vezes, apresentava questionamentos diferentes dos demais discentes ao longo do curso. Já em seu primeiro período, diante das aulas de filosofia ministradas pelo Prof. Dr. Marildo Menegat, a aluna desenvolveu um forte interesse sobre sua área de pesquisa, uma vez que aborda, justamente, as questões contemporâneas que sempre incomodaram a concluinte. Por muitas vezes, durante a graduação, era ao professor Marildo Menegat que a aluna recorria para esclarecer dúvidas acadêmicas, e ele, mesmo não sendo mais diretamente seu professor, sempre a orientou com informações e indicações de leituras/autores que abordassem a temática. A concluinte sentiu muita falta ao longo da graduação de informações/indicações de outros autores que abordassem outras demandas e discussões sobre a sociedade. Pois, como ter uma atuação crítica enquanto profissional do Serviço Social se não entendemos a sociedade contemporânea a qual todos os sujeitos estão inseridos? E mais, como fazer a crítica sem conhecer autores – além dos poucos restritos ao Serviço Social- que produzem reflexões sobre a sociedade contemporânea? Tais questões fizeram com que a aluna, ao longo da graduação, pensasse cada vez mais atuação e principalmente a formação

dos profissionais do Serviço Social diante de um mundo cruel. A grande parte do corpo docente da Escola de Serviço Social possui em sua linha pesquisa uma base teórica comum desenvolvida pelos autores clássicos do Serviço Social. Lembrando que o Serviço Social é uma área de formação relativamente nova e sua aproximação com a teoria social crítica mais recente ainda, de forma que, a maioria dos autores - considerados clássicos e os mais influentes na formação profissional- está viva e atuante ainda, e por tanto pouco confrontados ou problematizados diante da atualidade. Assim, como ficar restrito somente a eles? Por que não trazer o conhecimento coerente de outras áreas do saber para impulsionar a reflexão e a atuação do Serviço Social? Diante disto, a discente tenta refletir sobre a atuação profissional num contexto social muito ruim, tentando, audaciosamente, fomentar o pensar dessa realidade, suas novas formas e como o Serviço Social se enquadra e atua perante essa sociedade em colapso. Logo, diante dessas questões sobre o pensar da contemporaneidade, a discente pede ao professor Marildo Menegat (que esteve presente durante toda a graduação da concluinte orientando-a, não somente durante as disciplinas por ele ministradas, mas em toda sua trajetória acadêmica) para fazer sua orientação, uma vez que sua área de pesquisa engloba o conhecimento de diversas áreas do saber.

## INTRODUÇÃO

Diante da barbárie e do colapso do capital, há a regressão ou retirada de direitos sociais, civis e políticos, historicamente construídos. Isto ocasiona uma lacuna na atuação do assistente social. Apesar da luta, a conjuntura nem sempre possibilita a função de garantidor/viabilizador desses direitos, visto que, a cada dia, direitos são retirados, restritos ou expropriados.

É a partir dessa lacuna profissional e do quadro social posto, que a sociedade tensiona a atuação do assistente social, que passa a atender às novas requisições do capital como um gestor da barbárie.

A contemporaneidade traz com ela as marcas de uma sociedade capitalista em crise. As relações sociais, cada vez mais vulnerabilizadas pela ausência de sociabilidade, vêm asseverando as mazelas produzidas pelo capitalismo.

A questão social, que na década de 30 deixou de ser questão de polícia e passou a ser questão política, vem ao longo do século XXI sofrendo um processo regressivo em que volta ser tratada como questão de polícia. O Estado repressor vem crescendo cada vez mais com o artifício da violência legalizada para conter o caos diante das massas sobrantes de desempregados e daqueles que cumprem sua função ao mundo do Capital. É o estado de exceção constituído como ordem social.

Entender a atuação do serviço social em tempos de crise e retorno à barbárie, no contexto da produção cruel das desigualdades e mazelas do capitalismo, é fundamental para repensar o exercício profissional. Visto como o profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho para atuar com as expressões da questão social, desde o movimento de reconceituação vem exercendo, de forma crítica, a profissão norteada por princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos na luta pela ampliação e constituição de direitos civis e sociais, a fim de conter as desigualdades.

Ocorre que a conjuntura a qual esse profissional está inserido não permite mais a atuação nessa diretriz, uma vez que não há mais recursos, nem interesse do capital para manter a grande massa no mercado formal com direitos assegurados.

A partir da década de 70, inicia-se o processo sem volta de desenvolvimento tecnológico que irá culminar na propagação do desemprego estrutural. O fechamento de postos de trabalhos em fábricas mudou o quadro social de articulação e lutas operárias. Não existe mais aquele proletário capaz de se articular e lutar por direitos e conquistas de uma vida mais digna diante do Capital. Não se trata mais de uma luta de classes, mas sim de uma luta de sobrevivência em um mundo colapsando, ao qual o desenvolvimento em busca de aumento de ganhos elimina o próprio elemento que permite a manutenção do sistema social capitalista, a exploração da força de trabalho.

Diante da sociedade em que a manutenção do humano se faz, em princípio, através do dinheiro, sem meios para adquiri-los nos moldes legais impostos pela ordem social civilizada, a consequência é o retorno a estados bárbaros de sobrevivência, ao qual um dos modos de se alcançar os padrões construídos passou a ser através da violência em suas mais variadas formas. O ato passa a ser justificado pelo medo daqueles que ainda se encaixam nessa sociedade, criminalizado quando vindo dos mais pauperizados e legalizado quando vindo pelas forças repressoras do domínio estatal.

As condições conjunturais apresentadas também geram a crise da própria burguesia, agora não mais tida como burguesia, mas sim como a tão almejada classe média, que a fim de manter seus privilégios não possui honra nem moral para evitar o massacre, culpabilizando e criminalizando sem pestanejar os mais pobres numa pífia tentativa alienada de sobrevivência nesse mundo colapsado.

Diante do aumento da violência e do caos instituído no estado de exceção, a função do assistente social na sociedade capitalista contemporânea perde a imagem de um viabilizador de acesso a direitos e políticas públicas, para assumir a de um gestor da barbárie instituída. As mazelas da questão social estão postas e não possuem mais volta e meios de contenção para a manutenção dessa ordem social diante de sua crise mais perversa.

## CAPÍTULO 1: A QUESTÃO SOCIAL E A SOCIEDADE CAPITALISTA

### 1.1 A QUESTÃO SOCIAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A expressão questão social começou a ser utilizada em meados do século XIX como resposta ao fenômeno da primeira onda de industrialização ocorrida na Inglaterra no século XVIII. É designada para caracterizar uma parte constitutiva das relações sociais capitalistas.

Mandel (1985) explica com clareza a fase do capitalismo de livre concorrência, no qual há o desenvolvimento desigual e combinado da fonte principal da sua reprodução ampliada em diversos países. Demonstra que o fluxo do capital-dinheiro é conduzido para os mais importantes distritos industriais onde ex-camponeses marginalizados formam o exército industrial de reserva. Historicamente, isto ocorre, pois a fase da acumulação primitiva de capital - fenômeno do cercamento dos campos - e posteriormente a industrialização - fase do capitalismo em sua forma pura – propulsionaram o êxodo rural, principalmente durante o século XIX. Assim, esse movimento, que forma a massa de trabalhadores desempregados e marginalizados, proporciona um aumento da pobreza, da miséria e da fome, bem como uma maior polarização entre ricos e pobres que passam a ser instituídos não mais por escassez, mas por um modo de produção de riqueza baseado na exploração da força de trabalho livre e calcado na contradição do aumento da produção de riquezas ser diretamente proporcional ao aumento da capacidade social de produzir, nas palavras de Netto (2011, p.153) *“Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.”*

Netto (2011) aborda a questão social no sentido universal como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que a sociedade capitalista passa a ter pelo surgimento e desenvolvimento da classe operária, que passa a ingressar no cenário político exigindo o reconhecimento dos seus direitos ao empresariado e ao Estado.

Iamamoto (2001) entende a questão social como parte constitutiva da contradição capital-trabalho em seu modelo de exploração do trabalho livre para a constituição de mais-valia, de forma a gerar acumulação de riquezas sob o domínio

de poucos, formando uma massa da população trabalhadora assalariada pauperizada.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2001, p.16-17)

Desta forma, temos a questão social como indissociável do processo de acumulação na sociedade capitalista, bem como seus efeitos sobre a classe trabalhadora que vem produzindo e reproduzindo relações e expressões até os dias atuais.

A tese a ser desenvolvida considera ser a questão social indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista. (IAMAMOTO, 2001, p.11)

Laurell (2009) pontua que é através do avanço do capitalismo que as lutas pela satisfação de necessidades sociais são fomentadas. Questões como alimentação, habitação, saúde e educação são exemplos dessas necessidades e fomentaram a transformação dessas questões em um fato político, questões essas que passam a ter suas sugestões de soluções como elementos definidores de projetos e partidos políticos.

Desta forma, a 'questão social' transforma-se em fato político, e as sugestões para solucioná-la constituem-se em elementos definidores de projetos e partidos políticos. Claro que ela não adquire a mesma importância em todos eles – para uns, é a questão central e requisito de seu fim libertário; para outros, é um imperativo humanista-cristão; para outros, ainda, é um elemento de legitimação – mas para todos é uma questão inevitável. (LAURELL, 2009, p.153)

Partindo-se da premissa que a questão social está atrelada ao capitalismo e é um fato político, é importante diferenciá-la do pauperismo. Netto (2011) aborda que há pauperização no aspecto imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial, ou seja, a desigualdade social e a pobreza que sempre existiram e se aprofundaram com o processo de industrialização. Para ele, a temática da questão social surge justamente pela contradição gerada nas formas de

acumulação capitalista, no momento em que a classe operária passa a tensionar a burguesia.

Em suas palavras, podemos observar o momento de passagem do pauperismo para a categorização da questão social e suas expressões diante das contradições criadas pelo modo de produção capitalista.

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ideo-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava.

Se, nas formas de sociedade precedentes a sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com forças a situação de escassez. (NETTO, 2011, p 153-154)

O fenômeno do pauperismo é caracterizado pela pobreza e desigualdade generalizadas até o começo do XIX. Essas características não deixam de existir diante da dinâmica da sociedade capitalista, contudo elas passam a ser categorizadas como expressões da questão social que se diferem do primeiro justamente pelo caráter ideopolítico que a classe operária em formação passa a ter.

(...) numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX- o pauperismo- aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e no limite, da sua supressão. A designação desse pauperismo pela expressão questão social relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. (NETTO, 2011, p.154)

É fato conhecido que, historicamente, a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001, p.17)

Iamamoto (2001) traz em suas reflexões as palavras de Marx que demonstra que as expressões da questão social (à época ainda nomeada como pauperismo por não ter adquirido ainda o caráter ideopolítico são condições de existência e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX, 1985:208, livro 1 Apud IAMAMOTO 2001, p.15 n.r.)

Desta forma, a manifestação de uma classe operária com consciência sócio-política, que não aceita as condições de exploração a ela imposta diante das contradições geradas pela relação capital-trabalho, transforma a passagem do conceito de pauperismo para a designação de expressões da questão social.

Os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até metade do séc. XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência ludista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real as instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social. (NETTO, 2011, p.154)

É importante lembrar também o papel do Estado diante desse fenômeno. É ele que será chamado à cena como intermediador de interesse entre as classes, atuando através de políticas públicas de contenção das massas e da reafirmação dos interesses da classe dominante.

A burguesia detentora do poder pela força do capital, a fim de manter a ordem social capitalista, passa a atuar por intermédio do Estado nas expressões da questão social, admitido o vocábulo e utilizando-se dele como forma do pensamento conservador, entendendo-o como manifestações imediatas que não podem ser eliminadas da sociedade moderna, podendo apenas ser amenizadas ou reduzidas através de políticas públicas limitadas. Ao utilizar-se da expressão questão social, a torna um vocábulo do pensamento conservador, e passa a inseri-lo nas suas manifestações imediatas como um desdobramento de características que não podem ser eliminadas da sociedade moderna, podendo ser apenas limitadas através de políticas que visam amenizar ou reduzi-las.

Com a mudança de percepção da condição do proletariado de “classe em si para passar para si”, é que as vanguardas trabalhadoras adquirem a consciência política de que, nas palavras de Netto (2001), “a *‘questão social’* está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz a supressão daquela.”

Desta forma, podemos afirmar que, diante de um pensamento marxista majoritário, não existe sociedade capitalista sem que nesta esteja presente as expressões da desigualdade social, derivadas de um modo de produção baseado na exploração de uma classe trabalhadora que nada mais possui para vender além da sua própria força de trabalho para produção de riquezas aos detentores dos meios de produção.

Somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas – somente quando foram separados desses meios de produção – é que procuram trabalhar para outra pessoa. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupas e abrigo, de que necessitam para viver. Destituídos dos meios de produção, não têm escolha, devem vender a única coisa que lhes resta- sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho. (HUBERMAN, 1981, p. 186)

Assim, somente ao adquirir uma percepção sócio-política das desigualdades e pobreza imposta à classe trabalhadora que há uma transformação das expressões do pauperismo em questão social, que, por sua vez só pode existir derivada de uma sociedade em disputa de interesses de classes antagônicas, observando a necessidade da existência uma classe operária/trabalhadora que possui minimamente algum nível de consciência sócio-política a fim de tensionar a sociedade burguesa e o Estado para, através de políticas públicas, atenuarem as expressões derivadas da questão social.

## 1.2 O SISTEMA CAPITALISTA E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Para entendermos a conjuntura socioeconômica atual de atuação profissional do assistente social diante da questão social, faz-se necessário antes uma reflexão histórica sobre as diversas fases da sociedade capitalista e suas peculiaridades socioeconômicas.

Mandel (1985) traz com clareza as informações necessárias e desenvolve a tese norteadora da crise estrutural do capital em curso, e que reflete no mundo do trabalho contemporâneo. Porém, para entendermos o colapso atual precisamos primeiramente entender as origens socioeconômicas que culminaram no seu estágio de autodestruição.

Como já apontado, à época do capitalismo de livre concorrência (século XIX) houve o fluxo de capital para os mais importantes distritos industriais ao qual ex-componeses marginalizados formaram o exército industrial de reserva. Este período divide-se em duas fases características: a primeira baseada a produção artesanal/manual de máquinas, sendo apenas a indústria de ferro e carvão com significativa mecanização do processo de produção e, ainda assim, com predomínio do trabalho manual - fato este que gera uma baixa composição orgânica do capital; a segunda na qual já há a implementação da máquina à vapor que permite que máquinas produzam máquinas, mas ainda assim, com o predomínio artesanal da produção de matéria-prima. Nas duas fases, houve o predomínio da indústria de bens de consumo, principalmente a têxtil. Mandel (1985) utiliza as palavras de Marx para definir a gênese do capitalismo como sendo *“efetivamente descrita como a produção mecânico-industrial de bens de consumo por meio de máquinas feitas artesanalmente.”* (MANDEL, 1985, p.130) bem como, utiliza os conceitos de produção total anual de Marx, que divide em Departamento I- aquele produtor de meios de produção e Departamento II- aquele produtor de meios de consumo ou bens de consumo.

Na fase do capitalismo de livre concorrência, temos a exportação de bens de consumo para regiões não industrializadas, assim como um volume mínimo de capital baixo para ingressar no setor de bens de consumo, o que impede o aparecimento de monopólios. A partir daí temos como característica o nivelamento da taxa de lucros entre os Departamentos. O primeiro possuía produtividade do trabalho mais baixa enquanto o segundo mais alta. Desta forma havia uma transferência permanente de mais-valia do Departamento I para o Departamento II.

O processo de troca desigual, consumidor de superlucros, era nesse período uma troca de bens agrícolas e produtos do Departamento II; a introdução em massa de máquinas e fertilizantes artificiais na agricultura não havia ocorrido em lugar algum. Na Europa ocidental ( e nos Estados Unidos) toda a dinâmica do modo de produção capitalista nessa época concentrava-se na acumulação acelerada no Departamento II à custa da acumulação do Departamento I. (MANDEL, 1985, p. 130.)

No último quarto do século XIX, temos o início da segunda revolução industrial que traz consigo mudanças nas formas de produção tornando-a mais dinâmica, devido a substituição das máquinas mecânicas/ à vapor pela eletricidade e combustíveis fósseis. À mesma época temos o início da fase imperialista do

capitalismo. Essa alteração no modo de produção, bem como a transição da produção artesanal de matéria prima para a sua produção por métodos manufatureiros ou do início da indústria causou uma transformação em todo modo/processo de produção do Departamento I e, com isso, gerou um aumento na composição orgânica deste.

Mandel (1985) explica como as mudanças no modo de produção e na composição orgânica e das variáveis - com transferências de capitais, nivelamento das taxas de lucro e apropriação de mais-valia- ocorrida entre os Departamentos I e II, derivam no aparecimento da estrutura imperialista e na transição das fases do capitalismo de livre concorrência para fase monopolista.

Já a fase monopolista caracteriza-se pelo aumento substancial de capital necessário para se competir, em determinados ramos da economia, o que proporciona cada vez mais uma concentração de empresas e diminuição da concorrência. Isso ocorreu por diversos fatores, mas principalmente pela associação entre os fatores que geraram a grande onda de estagnação no período de 1873/93, os adventos da segunda revolução industrial (energia elétrica e petroquímica) e a formação de trustes e monopólios que conduziu a concentração necessária de capital para poder competir nessa nova fase.

A velocidade trouxe o desenvolvimento de novas formas de organização do processo de produção no início do séc. XX, como o fordismo e o taylorismo que visavam e permitiam economizar o tempo de trabalho, possibilitando a criação de novos produtos, como eletrodomésticos e automóveis. É essa fase histórica que mais adiante irá permitir a garantia de pleno emprego nos países centrais com a implementação do estado de bem-estar social e caracterizar o ápice da expansão do capitalismo. É nesse momento, que temos a aplicação do capital excedente na produção de bens consumo duráveis, que em conjunto com a segunda revolução tecnológica, gera um aumento da composição orgânica do capital.

Mandel (1985) explica que no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, a classe capitalista teve que fazer concessões ao proletariado para garantir sua dominação política diante da ameaça real ao capitalismo: a Rússia Soviética. Essa ameaça gerou uma contração do mercado e as concessões à classe operária gerou uma redução da taxa de mais-valia. Somente com a vitória fascista/ hitlerista e

com a Segunda Guerra Mundial, é que o capital conseguiu ter um aumento da taxa de mais-valia que possibilitasse um aumento nas taxas de lucro e chegar aos 30 anos gloriosos ou anos de ouro do capitalismo.

Esse período de 1940 a 1965, Mandel (1985) chama de terceira onda longa, com tonalidade expansionista, que caracteriza o aparecimento do capitalismo tardio.

Entre outros aspectos, esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas (surgidos no início do século XIX) e das máquinas de fabricação mecânica (surgidas em meados do século XIX), deparamo-nos agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas. Longe de corresponder a uma “sociedade pós-industrial”, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados; ao que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da superestrutura. (MANDEL, 1985, p.133/134)

É nessa fase do capitalismo tardio que passa ser desenvolvida uma pressão permanente para acelerar as inovações tecnológicas e a *caça aos superlucros tecnológicos* que nas palavras de Mandel (1985, p.135), ocorre “*pois a redução de outras fontes de mais-valia resulta inevitavelmente numa busca continua de ‘rendas tecnológicas’ que só podem ser obtidas através da incessante renovação tecnológica.*”

Tais fatores culminam na Terceira Revolução Tecnológica que, baseada na automação, é derivada de uma economia armamentista, desenvolvida na primeira metade do século XX, bem como das necessidades técnicas desenvolvidas e alcançadas por ela. A automação proporciona processos de produção contínuos e automáticos sem contato direto com as mãos humanas, ou seja, totalmente realizado por máquinas. É derivada de um mecanismo de guerra, seja por necessidades fisiológicas como no caso do trato com a energia nuclear, seja pela necessidade de desenvolvimento computacional para cálculos precisos de defesa e ataque por mísseis automáticos.

A partir dos anos 50, o processo de automação passou a ser utilizado em diversas esferas da economia/produção, tendo como objetivo principal a redução dos custos salariais diretos, ou seja, “*a eliminação do trabalho vivo do processo de produção*”. Essa eliminação produziu uma força de trabalho desempregada que irá culminar no fenômeno do desemprego estrutural que, diferentemente do desemprego clássico que gera um aumento no exército industrial de reserva, este irá

gerar uma massa de trabalhadores que jamais irá conseguir vender sua força de trabalho ao capital novamente para que esse possa explorá-la e alcançar a extração de mais-valia, sendo esse um dos principais fatores que proporcionará a crise estrutural do capital e seu colapso.

Vale ressaltar aqui que a automação leva ao desemprego, que posteriormente se tornará estrutural, mas que de toda forma é um fenômeno que acirra e desponta as expressões da questão social, trazendo um empobrecimento da classe trabalhadora, bem como carência em necessidades sociais básicas.

Quando o desemprego se torna estrutural e há a eliminação permanente daqueles postos de trabalho, somando à substituição da força de trabalho humana por máquinas (cada vez presente em todos os ramos da economia), há uma formação massiva de desempregados que não mais conseguirão se inserir ao mundo do trabalho justamente por não ter mais aproveitamento na esfera de produção e reprodução do capital.

Desta forma, com a Terceira Revolução Tecnocientífica, o surgimento da automação elimina postos de trabalho permanentemente, gerando uma população trabalhadora sobrando que vai além do exército industrial de reserva.

Iamamoto (2001) aborda essa dinâmica através da análise da relação capital variável x capital constante, apontado que, diante desse fenômeno, a classe trabalhadora precisa buscar outras esferas de trabalho (ou meios de venda da sua força de trabalho) para manutenção da sua sobrevivência e reprodução.

A incorporação por parte dos empresários capitalistas dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição, troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Em termos de composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho- e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção.

(...)A concentração e centralização de capitais, impulsionadas pelo crédito e pela concorrência, ampliam a escala de produção. Com isso, o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária as necessidades médias de um aproveitamento pelo capital. (IAMAMOTO, 2001, p.14)

Ocorre que, no início da década de 70, Mandel (1985) aponta que a propagação da automação nas diversas esferas da economia gera uma intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista. Quando parcial à automação, há o aumento da produção de mais-valia relativa, mas quando a automação se torna total à produção de mais-valia, seja absoluta ou relativa, deixa de aumentar e toda a tendência do capitalismo se transforma em sua negação, de forma que “*o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção existentes*”(MANDEL, 1985, p.152).

Assim, em contraponto à tese de Yamamoto -que afirma existir uma superpopulação relativa supérflua às necessidades médias do capital diante do decréscimo relativo de capital variável que aparece inversamente ao crescimento absoluto da população trabalhadora e mais rápido que os meios para sua ocupação- podemos, através de Mandel (1985), verificar que os adventos tecnológicos implementados a partir da Terceira Revolução Tecnocientífica, na verdade, impossibilitam a criação de novos meios de ocupação em quantidade suficiente para comportar toda força de trabalho sobrando, e diante das contradições do capital, essa superpopulação não mais é formada como relativamente supérflua, mas sim como permanentemente supérflua.

Ao abordar o limite interno absoluto do modo de produção capitalista, Mandel (1985, p.145/146) aponta para “*o fato de que a própria massa de mais-valia diminui necessariamente em resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção, no decorrer do estágio final de mecanização-automatização*”. Essa diminuição de mais-valia leva posteriormente à diminuição/ eliminação das taxas de lucro que impendem a valorização do capital. Mandel também demonstra que a transformação da totalidade de trabalhadores produtivos em produtores cientificamente treinados levaria as relações de produção capitalista ao colapso, uma vez que geraria uma impossibilidade de valorização do capital além da eliminação da divisão social de trabalho manual e trabalho intelectual. Assim, por motivos de autopreservação, o capital não poderia transformar todos os trabalhadores em cientistas, nem automatizar completamente a totalidade da produção.

O confronto entre a produção parcialmente automatizada e plenamente automatizada oferece justamente um vislumbre da natureza do

desenvolvimento geral contemporâneo. Porque, se as empresas e ramos plenamente automatizados, e os conglomerados parcialmente automatizados, se tornarem numerosos a ponto de passarem a ser decisivos para a estrutura da totalidade da indústria, reduzindo as empresas industriais “clássicas” a uma parcela relativamente pequena da produção total, as contradições do capitalismo tardio assumirão um caráter explosivo: a massa total de mais valia – em outras palavras o número total de horas de sobretrabalho- estará então tendencialmente condenada a diminuir. (MANDEL, 1985, p.143)

a conclusão é evidente: com a automação cada vez mais difundida, o aumento da composição orgânica do capital e o início de uma queda no total de homens-hora despendidos pelos trabalhadores produtivos, é impossível a longo prazo continuar seriamente a aumentar os salários reais e ao mesmo tempo conservar um volume constante de mais-valia. Uma das duas quantidades terá que diminuir. Uma vez que sob condições normais, isto é, sem o fascismo ou a guerra, pode-se excluir um declínio considerável nos salários reais, manifesta-se uma crise histórica da valorização do capital e um declínio inevitável, primeiro na massa de mais-valia e a seguir também na taxa de mais-valia, e em consequência ocorre uma queda abrupta na taxa média de lucros. (MANDEL, 1985, p.148)

É importante apontar, que ainda durante a década de 70, Mandel consegue vislumbrar que o fracasso do socialismo poderia levar a uma sobrevivência do capitalismo. Ao analisar o que chamou de visão profética de Trotsky, demonstra que no princípio do século XX, a classe operária europeia não podia ainda resolver a aguda crise social de forma benéfica para ela própria e, que mesmo com as condições favoráveis para tal, após a segunda guerra mundial, os partidos tradicionais da classe operária acabaram por se tornarem cúmplices do grande capital, e ajudaram o Estado e a economia do capitalismo contemporâneo. Trotsky (apud MANDEL 1985, p.155) profetiza que “*A burguesia europeia pode encontrar uma saída duradoura para suas graves contradições unicamente através das derrotas do proletariado e dos erros de sua liderança.*” Em sequência Mandel dispõe que:

Foi essa a base histórica para a terceira revolução tecnológica, para terceira ‘onda longa com totalidade expansionista’ e para o capitalismo tardio. Não foi de maneira alguma simplesmente o produto de desenvolvimentos econômicos, prova da vitalidade do modo de produção capitalista ou uma justificação para a sua existência. Tudo que se provou foi que nos países imperialistas, dadas a tecnologia e as forças produtivas existentes, não há ‘situações absolutamente desesperadas’ para o capital no sentido puramente econômico, e que um fracasso a longo prazo em realizar a revolução socialista em última análise pode conceder ao modo de produção capitalista um novo prazo de vida, que este último utilizará, então, de acordo com sua lógica inerente: tão logo se eleve novamente a taxa de lucros, ele intensificará a acumulação do capital, renovará a tecnologia, retomará a busca incessante de mais-valia, lucros médios e superlucros e desenvolverá novas forças produtivas. (...)

Tal é, com efeito o significado da terceira revolução tecnológica. É isso também que determina seus limites históricos. Fruto do modo de produção capitalista ela reproduz todas as contradições internas dessa forma econômica e social. Gerada no seio do modo de produção capitalista na época do imperialismo e do capitalismo monopolista, a época da crise estrutural e gradativa desintegração desse modo de produção, esse surto renovado das forças produtivas deve acrescentar às contradições clássicas do capitalismo toda uma série de novas contradições e criam a possibilidade de crises revolucionárias ainda mais amplas e mais profundas que as do período de 1917/37. (MANDEL, 1985, p.155)

As previsões de Trotsky e Mandel percorrem o caminho histórico de forma a se concretizarem de modo mais danoso para a classe operária. Ao final do século XX, temos o fim do socialismo real, marcado pela queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Este marco histórico confirma a previsão de Trotsky de que as derrotas e os erros das lideranças proletárias permitiriam que a burguesia pudesse encontrar saídas para suas contradições. Quando associadas às previsões de Mandel, nos permite entender como ao longo do século XXI, o capital, mesmo diante da sua crise estrutural impulsionada pela terceira revolução industrial, conseguiu alcançar um novo prazo de vida, mantendo sua lógica de desenvolvimento tecnológico e modo de produção diante do fracasso do socialismo real e um afastamento -a perder de vista diante de uma geração- da possibilidade de realizar a tão aclamada revolução socialista.

É neste ponto, que diante da célebre frase “socialismo ou barbárie”, o mundo tomou o curso em uma direção e estabeleceu a barbárie. Entretanto, esse tópico será melhor desenvolvido e abordado no segundo capítulo do presente trabalho.

Para concluir esse capítulo, faz-se necessário retomar o ponto conceitual da questão social que passa a existir, necessariamente, pela consciência política e organização de classe que o proletário passa a ter. Contudo, com a fragmentação das relações no mundo do trabalho, os integrantes da classe operária têm que, cada vez mais, assumir uma posição individualizada diante da sua sobrevivência na sociedade capitalista. A precarização das relações de trabalho ainda existentes, a necessidade de desenvolvimento de formas de sustento desse trabalhador afetado pelo desemprego, a eliminação de postos formais de trabalho, bem como a escassez de meios para vender a própria força de trabalho a fim de garantir sua existência e reprodução, as relações antes coletivas que passam a ser transformadas cada vez mais em relações individuais, fazem com que os trabalhadores deixem de ter as interações coletivas que possibilitavam a luta por

políticas públicas que minimizam as expressões da questão social diante da sociedade burguesa.

Desta forma, conclui-se que a crise estrutural do capital, derivada das inovações da Terceira Revolução Tecnocientífica, promoveu um movimento de desconstrução política da classe trabalhadora. Assim como, para além disso, a desconstrução do mundo do trabalho afetando as estruturas da sociedade capitalista. Diante disso, houve a destruição do principal pilar que os autores clássicos do Serviço Social utilizam para definir questão social: o mundo do trabalho, e dentro dele a classe trabalhadora e seu caráter ideo-político. A partir daí, podemos entender que a questão social passa a ter suas expressões caracterizadas como uma manifestação do pauperismo, gerado pelas contradições inerentes e irreversíveis da sociedade capitalista. Essa entra em conflito com o modo de produção existente, uma vez que já atingiu o desenvolvimento de suas forças produtivas, apresentando marcas características do seu colapso. Porém, diante da ausência de perspectivas de uma revolução social que vise à derrubada desse modelo societário dominante, ainda não foi possível que a sociedade capitalista desse seu último suspiro, visto que, até agora, a crise estabelecida apenas possibilitou o acirramento e a consolidação da barbárie diante de um estado de exceção instituído.

## **CAPÍTULO 2: O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, ESTADO DE EXCEÇÃO E A BARBÁRIE**

Para a continuidade da análise, é necessário entender o estado de bem-estar social na sociedade capitalista como o máximo civilizatório deste modelo societário, uma vez que foi ele que configurou os direitos sociais que puderam limitar, mesmo que timidamente e por um curto período, a perversidade do capital. (MENEGAT, 2012, p.150)

É consenso que o estado de bem-estar apenas foi alcançado em plenitude em poucos países centrais por um curto espaço de tempo, chegando muito superficialmente à periferia do capitalismo, somente após os acontecimentos da década de 70, momento da crise fiscal do Estado e consequente perda da valorização do capital, o que inviabilizou prosseguimento universal desse padrão civilizatório.

O período pós-Segunda Guerra permitiu que, durante os 30 anos “gloriosos”, ou de “ouro”, o mundo capitalista vivenciasse uma forte expansão, com taxas de lucros altas e ganhos de produtividade para empresas; e políticas sociais para trabalhadores. É neste momento que se ergue o estado social em diferentes formatos. (BEHRING e BOSCHETTI 2011)

Behring e Boschetti (2011) realizam a análise do estado de bem-estar (*Welfare State*) e apontam como base material que proporciona a expansão dos direitos sociais: o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores como expressão intelectual sistemática das propostas de saída da crise de 1929-32; as mudanças no mundo da produção através do fordismo; os novos produtos e processos de produção e a indústria bélica no contexto da Guerra Fria. Em consonância, apontam que foi a base subjetiva -a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expandia- que permitiu o pacto social entre o grande capital e os trabalhadores de setores monopolistas sob a regência do Estado.

A crise do capital de 1929/32 associado aos efeitos pós-Segunda Guerra Mundial consolidam a necessidade de regulação estatal, tendo como principais fatores: as políticas Keynesianas de pleno emprego e crescimento econômico do mercado capitalista liberal; a implementação de políticas e serviços sociais para

criação de mercado de consumo; e um amplo acordo entre esquerda e direita (capital x trabalho), que diante do chamado “consenso pós-guerra”, permitiu uma aliança entre classes. É neste contexto que é possível o estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas baseadas na cidadania, expansão de benefícios sociais, consenso em favor da economia mista, do sistema de bem-estar e comprometimento estatal com o crescimento econômico e pleno emprego. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

Sem nos aprofundarmos muito sobre os diversos posicionamentos teóricos abordados pelas autoras, é importante para este trabalho entender que o estado de bem-estar social, nos moldes do plano Beveridge, possui como base a proteção social e a luta contra a pobreza, através do conceito ampliado de seguridade social por meio de direitos sociais universais e garantia do Estado de mínimos sociais a todos em situação de necessidade. A gestão das políticas de direitos sociais é pública estatal e o financiamento proveniente de impostos fiscais. Desta forma, possui como princípios estruturantes: a universalidade de serviços sociais; a implementação de serviços de assistência social; a responsabilidade estatal de manutenção da vida dos cidadãos por meio do conjunto de ações como a regulação da economia de mercado, a fim de manter elevado o nível de emprego; e a prestação pública de serviços sociais universais (educação, segurança social, assistência médica, habitação, etc). (BEHRING e BOSCHETTI 2011)

No mesmo período, como abordado no primeiro capítulo, no processo de busca de valorização do capital no início do século XX, a classe capitalista teve que fazer concessões ao proletariado diante da ameaça soviética, que gerou uma contração de mercado e redução da mais-valia somente superado após a Segunda Guerra Mundial com o aumento da taxa de mais-valia que possibilitasse um aumento nas taxas de lucro que culmina na terceira onda longa com tonalidade expansionista (1940-65 – cf. Mandel: 1985). Nesse período, há a “*caça aos superlucros tecnológicos*” e a “*busca continua de ‘rendas tecnológicas’ que só podem ser obtidas através da incessante renovação tecnológica.*”

Os direitos e políticas sociais conquistados trouxeram uma melhora significativa para a vida dos trabalhadores, limitando a exploração capitalista diante da atuação do estado regulador, porém, como natural desse modelo social a crise foi

inevitável. Ela passou a ser estrutural diante do desemprego derivado da substituição do trabalho vivo por máquinas estabelecidas pela Terceira Revolução Tecnocientífica na busca por superlucros por meio da utilização da microeletrônica, automação e incessante renovação tecnológica proporcionando a tendência à estagnação da produção, e formação de uma massa estacionada nas periferias das cidades. (MENEGAT, 2012, p.150)

Behring e Boschetti (2011) apontam como o modelo do estado regulador começa a ruir e a pressão das elites para responsabilizar o estado pela crise estabelecida, principalmente pela atuação em setores que beneficiavam a classe trabalhadora como as políticas sociais.

Contudo, os 'anos de ouro' do capitalismo 'regulado' começam a se exaurir no final dos anos 1960 (Hobsbawn,1995). As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão de obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas crescem perigosamente... A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973-74 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizador, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí, se incluíam as políticas sociais.(BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.103)

A crise estrutural do capitalismo produz efeitos sociais que promovem um aumento do pauperismo de forma nunca antes vista. Como vimos no primeiro capítulo, é um pauperismo diferente do que ocorria nos séculos XIX e anteriores, justamente pelo alcance da capacidade produtiva desenvolvida na sociedade burguesa. Mas, não é somente o desenvolvimento das forças produtivas- a tal ponto que geram sua destruição-, a alteração do modo de produção – através da alteração orgânica da composição do capital pela substituição do trabalho vivo por morto-, a diminuição das taxas de lucros e a diminuição da mais-valia, associados à automação intensificada, ao desemprego estrutural e ao fracasso das revoluções socialistas, que levaram a sociedade ao estado de exceção e regressões sociais em nível de barbárie. Por baixo de todo o véu político-econômico existe uma grande força propulsora da ideologia burguesa que provoca a alienação das massas e molda o paradigma contemporâneo.

A burguesia criou, é verdade, no curso constitutivo do poder social alheio ao governo dos indivíduos, uma visão de mundo e valores justificadores desta situação – isto é, um “poder espiritual” –, cuja força persuasiva determinante reside no próprio poder do capital, no fetiche da mercadoria e do dinheiro. (MENEGAT, 2005)

É através desse “poder espiritual” que a burguesia difunde seus interesses e realiza a dominação ideológica sobre a classe trabalhadora, fomentando: a individualização dos conflitos e suas soluções; a ideia de competição entre seus membros - retirando da vida das pessoas o espírito de coletividade, solidariedade, humanidade e a noção de comunidade- e uma sociedade de consumo em que o homem é regido pelas coisas. É uma forma social “*que dá vida as coisas e coisifica os seres humanos*” já que a propriedade e as coisas tem primazia sobre o homem, de modo que “*o ser humano não se reconhece em si mesmo além da esfera cada vez mais restrita da sua reprodução.*” Estratégias como a publicidade, produção e difusão em massa dos meios de comunicação fazem parte do meio de promoção do fetichismo da mercadoria, da alienação e da formação de uma sociedade pautada em interesses individuais.

Outro elemento de dominação e estabilidade do capitalismo neste período, talvez o mais importante para se desatar o nó surgido neste longo vácuo, foi a amplitude da indústria cultural, que combinou elevada propaganda pró-capitalista com um entretenimento passivo e pouco reflexivo acerca da irracionalidade que se produzia na esfera pública. (MENEGAT, 2005)

Behring e Boschetti (2011) ao fazerem a análise dos fundamentos e história das políticas sociais abordam como essa ideologia pôde ser difundida em meados do século XX através de condições políticas e culturais como da difusão em massa do novo *ethos* consumista de massa associada às melhorias efetivas das condições de vida dos trabalhadores fora das fábricas. Tal condição foi possível devido ao compromisso e reposicionamento político das classes e as condições políticas e econômicas que sustentaram a onda expansiva do capitalismo maduro, sendo que o “consenso pós-guerra” permitiu a aliança entre as classes devido ao afastamento de segmentos inteiros da classe trabalhadora do projeto de socialização da economia e da perda da identidade com o projeto socialista.

Para a burguesia, a manutenção das altas taxas de lucro, fundadas numa superexploração dos trabalhadores durante um intervalo estável de tempo, pressupunha acordos. Para o movimento operário organizado, essa possibilidade histórica implicou em abrir mão de um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais. No que diz respeito aos trabalhadores, é preciso prestar atenção em alguns processos que, combinados, geraram

essa atitude imediatista e corporativista, contentando-se com os acordos coletivos em torno dos ganhos de produtividade e da expansão das políticas sociais, por via de salários indiretos assegurados pelo fundo público. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 88)

Os ganhos da classe trabalhadora não duram muito; porém, a difusão da ideologia burguesa está instaurada. Os adventos da Terceira Revolução Tecnológica e suas consequências na economia e esfera de produção como a substituição do trabalho humano por máquinas - que fez com que *“vender a própria força de trabalho se tornasse um privilégio”* em uma sociedade com menos empregos existentes para a classe trabalhadora, formando o que Menegat (2012) chamou de *“exército estrutural de desempregados”*- bem como, por consequência do limite estrutural de produção de valor que permite a sociedade chegar ao seu limite interno constitutivo e contraditório, associado ao enraizamento da cultura implementado pela ideologia burguesa, irá nos remeter a uma economia política de catástrofe (Menegat, 2019) e uma forma social de barbárie em que uso de violência e meios ilícitos parece ser a única solução restante para sobrevivência.

O desemprego em nossa época, e isto é um dos sintomas mais salientes da crise estrutural do capitalismo, não é um produto do fim de um ciclo ou de uma onda de expansão da economia. É um desemprego que não tem solução dentro dos marcos desta forma social e deste modo de produção industrial. Nas próximas décadas ele só crescerá.. (Menegat, 2015, p.132)

Esse desemprego implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativista dos trabalhadores formais e um imenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma dos direitos sociais. Dessa forma, a retomada das taxas de lucros desvincula-se do crescimento e do pleno emprego que sustentavam o pacto dos anos anteriores, inaugurando um período regressivo para os trabalhadores, com uma correlação de forças desfavorável, do ponto de vista político e da luta de classes. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.124)

A difusão dessa ideologia, a quebra do poder político (e arrisco-me a dizer, já nesse momento, a quebra da consciência) da classe operária, o fetichismo da mercadoria, a necessidade de vender a força de trabalho para a sua manutenção e reprodução e o desemprego –que agora gera o exército estrutural de desempregados- aumenta o caráter competitivo da sociedade capitalista, que por sua vez contribui para o aumento do individualismo. É uma questão de sobrevivência desses seres humanos impelidos a integrar uma sociedade alienada, onde ter vale mais do que ser. Dessa forma, são incorporados ao sistema e passam a reproduzi-lo, ou seja, essas massas são conduzidas para manter e fomentar os interesses capitalistas que, por seu turno, possuem a necessidade de exploração do

trabalho vivo devido à dependência absoluta do trabalho humano para a criação de mais valor.

(...) a concorrência entre os trabalhadores por um posto de trabalho, cada vez mais escasso, faz deles a encarnação do indivíduo abstrato representante de si mesmo. Com isso, as formas de solidariedade de classe sucumbem ante a personificação reificada da função que a classe exerce. Esta escolha foi imposta pelas novas condições do mundo do trabalho criadas pelas necessidades do capital. (MENEGAT, 2019, p.89)

Ela (a exigência da possibilidade civilizatória) pode ser o simples desespero da sobrevivência, perceptível no grau ampliado da criminalização que a luta pela sobrevivência de milhões de indivíduos no mundo inteiro tem sofrido. O conteúdo social potencial ao não ganhar novas formas escorre pela sarjeta do dia a dia em formas coaguladas de vida que deixam de pulsar antes mesmo de terem sido. De qualquer modo, a regressão social a que se reduz a história atual da sociedade burguesa é visível em todos os seus poros. Ela é a consequência de uma crise estrutural sem precedentes, e há fortes indícios de que entramos num estado permanente de barbárie, pois se trata de uma crise sem saídas possíveis dentro desta ordem. (MENEGAT, 2012, p.151)

Esse movimento não acontece do dia para noite, e sendo fruto das crises cíclicas do capital que nas palavras de Behring e Boschetti (2011, p.117) *“tem a função objetiva de se constituir como o meio pelo qual a lei do valor se expressa e se impõe. Ela (a crise) é a consolidação de dificuldades crescentes de realização da mais valia socialmente produzida, o que gera superprodução, associada à superacumulação”*. O capitalismo, ao chegar a sua fase madura com o ápice das suas contradições geradas pelo seu limite interno, entra em sua crise estrutural e ocasiona sua própria implosão diante das suas tentativas de autopreservação. Associado ao fracasso da classe proletária em desenvolver uma nova forma social no momento em que o capitalismo atinge o máximo da sua potencialidade civilizatória- o estado de bem-estar, a crise estrutural leva a um “excesso de civilização” que diante da sobrevida adquirida por esse modelo social durante o século XXI, tenta se perpetua pelos meios mais perversos existentes: o estado de exceção e a barbárie.

Nesta linha de análise, que estou chamando de uma crítica da economia política da barbárie, o Estado de exceção é uma tentativa de conter um processo posto pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo. (...) sem a valorização permanente do capital, as estruturas que sustentam a produção material da vida social entram em colapso. (MENEGAT, 2019, p.78)

Assim, é durante a década de 70 que o capital tem o esgotamento da sua expansão e ao entrar em sua crise estrutural que vem proporcionando efeitos até os dias atuais. Nas palavras de Menegat (2012) *“Estas mudanças liberaram energias que não podem ser absorvidas pelo capitalismo, a não ser destrutivamente.”* No

mesmo diapasão Behring e Boschetti (2011, p.118) trazem como válida a hipótese geral de Mandel *“uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia nos anos vindouros está totalmente excluída”* (1990:329).

As crises, como uma característica inexorável da sociedade burguesa – o seu negativo –, ocorrem em diferentes momentos e com diferentes intensidades, como ao fim de um ciclo econômico, ou de uma onda longa expansiva, ou mesmo como uma crise estrutural. Seria impossível entendermos o capitalismo sem levar em consideração o relevante papel que as crises possuem na sua existência e a força reveladora da verdade desta sociedade que carregam. Esta verdade se revela, dentre outras razões, porque somente é possível o prosseguimento da sociedade burguesa, quando entra em crise, por meio de regressões “a um estado de momentânea barbárie”. Ou seja, as crises se devem a um “excesso de civilização” que, por seu turno, anuncia que o conteúdo da sociedade moderna, que se apresenta enquanto produção social, não cabe mais em suas formas arcaicas, que são exatamente as leis inconscientes que a regem. A única saída razoável, isto é, racional, nestas situações, seria a criação de uma nova forma social autoconsciente. A barbárie que se manifesta como saída irracional deste momento, portanto, é o modo como as formas da sociedade burguesa, que já não correspondem à realização potencial do seu conteúdo, se impõe, fazendo valer, mais uma vez, as leis que perderam a validade, quer dizer, perderam a força de comandar o processo social sem que isso ocorra de maneira abertamente regressiva. A violência é assombrosa, e decorre desta incongruência de uma forma social que permanece existindo quando vai tarde na noite o dobrar dos sinos anunciando sua morte. (MENEGAT, 2012, p.145)

O Estado perdeu a efetividade prática das suas ações diante da demanda contraditória que é a expressão da contradição interna do capitalismo – o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção- ele não consegue mais realizar a regulação de forma a garantir o aumento das taxas de lucro e a acumulação exigida pelo capital. Os limites internos do capital, que impossibilitaram o Estado de garantir os interesses da burguesia, faz com que ela passe a pressionar e questionar os benefícios à classe trabalhadora, que já desmobilizada e fragmentada não consegue mais fazer frente à luta por direitos e garantias diante da crise estabelecida. Inicia-se, então, a implementação do neoliberalismo e o processo que muitos autores classificam como reestruturação produtiva.

Para o capital, a regulação estatal só faz sentido quando gera um aumento nas taxas de lucros, intervindo como um pressuposto do capital em geral. Dentro disso é que se torna aceitável certa redistribuição horizontal e limitada na forma de salários indiretos, assegurados pelas políticas sociais. A demanda contraditória do Estado, por sua vez, é a expressão da contradição interna do capitalismo entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 91)

Houve uma resposta contundente do capital à queda das taxas de lucro da década de 70. Os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional da produção, tratada na literatura disponível como reestruturação produtiva – confirmando a assertiva mandelina (reforçada por Husson, 1999) da corrida tecnológica em busca do diferencial de

produtividade do trabalho, como fonte dos superlucros (Mandel 1982) – cuja característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.124)

Vale citar nesse momento Netto que também demonstra que a forma de resposta do capitalismo à crise posta foi a chamada “reestruturação do capital” através da implementação do modelo político-econômico de neoliberalismo e globalização com o projeto restaurador baseado na tríplice “*flexibilização (da produção, das relações de trabalho), desregulamentação (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal).*”

Contudo, cabe aqui uma crítica sobre a terminologia utilizada como reestruturação produtiva. Uma reestruturação nos remete à ideia de que a produção poderia ser estruturada novamente de forma a garantir a permanência dos interesses e funcionamento desse tipo de sociedade. Contudo, como já visto, o capital já alcançou sua maturidade e seu ápice civilizatório de modo que desde então apenas asseverou suas contradições internas e ao chegar a sua crise estrutural – que impossibilita a produção do seu único objetivo: o lucro- ele tenta se manter por meio de políticas regressivas que destroem direitos e condena uma massa de seres humanos à desigualdade, a miséria e a violência. Assim, diante do máximo da contradição, ele não possui mais formas de garantir sua valorização e, portanto, desde então, não há como se reestruturar.

Se os anos de ouro comportaram algumas reformas democráticas, o que incluiu os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, o período que se abre é contra-reformista, desestruturando as conquistas do período anterior, em especial os direitos sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 124.)

Desde os anos 1980 o capital entrou numa crise estrutural em que nem ele pode continuar se valorizando ‘normalmente’, daí os rastros de crescente destruição que se espalham no cotidiano, nem os trabalhadores podem mais lhe impor limites, uma vez que vender a própria força de trabalho se tornou um privilégio. Nestas condições, apelar a direitos pressupõe que ainda se considere o Estado uma instância validada de mediação social. Não é, porém, uma novidade que o Estado, em decorrência da crise do todo, careça de legitimação. A sua crise é a mesma e também decorre da razão da crise do capital. A bem da verdade, não há condições da existência do Estado Moderno sem sua cara metade: o mercado, e não há este tipo de mercado sem o capital. A possibilidade de afirmação de um processo civilizatório contra o capital por meio da conquista de direitos sofreu uma regressão e é uma impossibilidade lógica no mundo inteiro. Em todos os quadrantes do planeta assistimos a um sequestro de direitos conquistados, mesmo que modestamente, no período anterior ao início desta crise. Este sequestro assinala a inflexão no estado de barbárie que se torna permanente. (MENEGAT, 2012, p.153)

Menegat (2012) é quem nos traz a explicação do como a sociedade, diante dos seus limites estruturais e sem uma forma revolucionária que permita sua transformação, sobrevive em um modelo autodestrutivo por meio de medidas sociais regressivas que levam a humanidade a níveis perversos denominado de barbárie.

Se uma sociedade não é transformada de forma revolucionária quando seus limites estruturais se apresentam, ela vai decaindo lentamente num quadro social que cada vez mais se confunde com uma regressão. Eu chamo esse processo de barbárie. Ele não é mero retorno a natureza, como ocorreu em certos aspectos da decadência do modo de produção escravista antigo, mas é a dissolução passiva de uma forma social cujas contradições chegaram ao limite, sem que houvesse uma forma coletiva de ação capaz de produzir uma transição a outra forma de vida social. (MENEGAT, 2012, p. 131)

A barbárie – que não pode ser entendida como um fato, uma ocorrência, ou a consequência de uma crise cíclica, mas um modo geral de organização a partir dos escombros que resultam desta crise estrutural, ou seja, não apenas como uma objetivação inconsciente, mas também como uma subjetividade fria, dessolidarizada e cruel, perfeitamente adequada à naturalização da monstruosidade a que o mundo vai sendo reduzido –, será a forma dominante das relações sociais. Ao menos enquanto o capitalismo agonizar sem ser substituído por uma forma social superior. (MENEGAT, 2012, p.151/152)

Menegat(2005) distingue as diferentes formas de barbárie apresentadas na história da humanidade, mas atenta-se para aquela em que vivenciamos atualmente como um dos momentos internos da civilização moderna, trazendo a explicação de sua forma contemporânea pelo aprofundamento da análise embrionária feita por Marx que a delimita como um momento necessário e decorrente da lógica de acumulação de riquezas que se manifesta- não somente, porém, mais intensamente- nas crises diante da necessidade de confrontar seus limites por meio da destruição das forças produtivas.

O próprio Marx assinala ironicamente a diferença para com as passagens anteriores: trata-se de excesso de civilização, entendida esta como o desenvolvimento das forças produtivas, que são constantemente revolucionadas, como parte do processo de valorização e acumulação do capital. Para que tal processo não seja interrompido é necessário que, de tempos em tempos, se destrua parte destas forças produtivas, levando a sociedade a momentâneas regressões. Esta face bárbara do capitalismo não é mais do que um elemento necessário para a sua continuidade, e, diferentemente dos períodos anteriores, é a primeira vez que a destruição das forças produtivas faz parte do próprio modo de produção – o que demonstra por si só a irracionalidade desta estrutura social. A valorização do capital, como forma abstrata da sociabilidade, torna-se cada vez mais, pela necessidade da sua realização, uma forma irracional de associação, logo, do ponto de vista do conjunto da humanidade, e não apenas do capital, bárbara.

(..)

A indicação do conceito de barbárie apenas pela destruição das forças produtivas não é mais suficiente para explicar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Desde a crise de 1929, houve um esforço para evitar a intensidade destrutiva concentrada das crises a que Marx se referia no *Manifesto*, de modo que, após a Segunda Guerra Mundial, estas se distribuíram em doses intermitentes, que se espalham pelo cotidiano em inúmeras formas de violência, e não apenas sobre as forças produtivas (como ocorre em especial no caso da destruição da natureza). As crises adquirem outras formas de manifestações e ameaças, visíveis, por exemplo, na exclusão de milhões de braços do mercado de trabalho (esta força produtiva arcaica e em vias de superação), sobre os quais recai, então, o jugo de um robusto e crescente sistema punitivo, cuja função é “ordenar” o caos resultante da continuidade desta forma de sociedade em decomposição. (MENEGAT, 2005)

Tendo em vista que o Estado moderno é burguês e direcionado pelo mercado, sendo o maior representante dos interesses capitalistas e, tendo seus políticos, leis, juízes, agentes como os representantes e direcionadores desse modelo societário, tudo é moldado e construído para manter esse tipo de sistema, custe o que custar. Ao entender a crise estrutural do capital e o fracasso do socialismo real no final do século XX, podemos ver que a escolha do capitalismo foi de utilizar-se dos meios mais perversos para tentativas de sua autopreservação com a valorização do capital ao custo da dilaceração de qualquer humanidade que possa estar em seu caminho.

No início do século XXI podemos dizer que o otimismo morreu em seu último reduto. O terceiro mundo agoniza barbaramente numa densa nuvem de ceticismo. Na Europa Oriental, o socialismo, na sua versão bastarda e menos generosa daquela onda de otimismo jamais vista, ingressa num liberalismo econômico tardio, provocando desajustes em seu tecido social, com regressões generalizadas ao que os liberais de outra época chamavam de estado de natureza. O neoliberalismo, forma hegemônica atual da nova fase do capitalismo, marcada pela terceira revolução tecno-científica, mostra ser mais violento e destruidor das formas de sociabilidade do que em suas versões anteriores, desprezando valores éticos como a dignidade, a vida e os Direitos Humanos como há muito não se via. O século XXI tem sido, assim, o da atualidade da barbárie. (MENEGAT, 2005)

Mesmo que a “destruição da cultura” tenha se recuperado parcialmente após a Segunda Guerra, parece, no entanto, que esta não voltou a ter o vigor necessário que pressupõe a sustentação de um processo civilizatório. Neste sentido, houve mudanças na manifestação da “regressão à barbárie” que podem ser observadas no desenvolvimento histórico mais recente do capital, permitindo-nos falar numa tendência permanente à barbárie – não mais momentânea –, com traços conceituais mais nítidos do que nos períodos precedentes. Estes traços podem ser entendidos a partir do contexto no qual se dá hoje a valorização do capital, que tem dividido todos os países do mundo em nichos de incluídos e legiões de excluídos, trazendo as formas de uma regressão que vai das manifestações da cultura de nossa época até o debate da política, em que o irracionalismo volta a irromper com uma desenvoltura não imaginada nas primeiras décadas pós-Segunda Guerra.” (MENEGAT, 2005)

Nesse contexto, pelo estudo do ordenamento jurídico de diversos países durante o século XX, Agamben (2004) demonstra como o estado de exceção se estabelece nos países ocidentais, não como uma reestruturação de suas funções, decorrentes de uma presumível reestruturação produtiva, mas como forma atual de sociedade. Portanto, analisando-o como medidas paradoxais no universo jurídico, uma vez que o estado de exceção é uma medida legal daquilo que não poderia ter forma legal. Ou seja, o direito –que deve referir-se a vida e sua preservação-, prevê meios de sua própria suspensão.

O estado de exceção, portanto, surge justamente destas situações, como uma força decisória que pretende fazer com que tudo fique em pé quando os alicerces já estão em dissolução. Como a confiança é um dos elementos constitutivos do poder social do dinheiro, cuja imposição violenta da decisão pretende restituir à fórceps sua legalidade (econômica) corroída pelos processos de desvalorização- (...) esta operação de guerra faz a vez da política, no esforço desesperado de prolongar as condições de possibilidade desta sociabilidade em que seus fundamentos se tornaram estilhaços de uma fantasmagoria vagando por todos espaços com acentuada potência destrutiva. Estado de exceção como meio constituinte da política contemporânea. Escondido sob a democracia de massas voltou com intensidade após início da crise dos anos 70. (MENEGAT, 2019, p. 153)

Diante da sobrevida alcançada pelo capital e da necessidade de sua valorização numa etapa histórica, em que o desenvolvimento das suas forças produtivas impede a sua valorização e por isso geram sua destruição, *“o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea.”*(AGAMBEN, 2004, p.13).

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

Medidas de exceção que permitem dentro do próprio ordenamento jurídico que o executivo atue como legislativo e mais ainda, com plenos poderes, permite que este seja um ditador dos interesses do capital, destruindo qualquer fonte democrática de mudança social, aprofundando ainda mais os níveis de alienação e violência social, formando um homem assujeitado e *“adaptado as formas germinais da barbárie”*. (MENEGAT, 2005)

Frente à ameaça de implosão da ordem- e frequentemente por sua efetivação, localizada ou generalizada-, em consequência do abandono do Estado de todas suas funções na reprodução social, este alcança as condições para a sua legitimação através do uso da violência (e não mais pela assertiva dissuasiva presente no princípio do “monopólio do uso”) contra estes grupos sociais deserdados de sua clientela. (MENEGAT, 2019, p.157)

Agamben (2004) aponta que é uma tendência em todas as democracias ocidentais que a declaração de estado de sitio passe a ser substituída pelo paradigma de segurança como técnica de governo. Por consequência, o próprio governo é quem difunde, generaliza e gere a barbárie já estabelecida pela forma de sistema capitalista.

A violência do Estado contra os de baixo não tem mais o senil papel de impedir que formas razoáveis de distribuição da riqueza na modernidade em expansão se efetivem, mas de conter o processo de dissolução de uma modernidade em fim de linha. E a violência da própria sociedade é uma nítida manifestação do seu processo de dissolução. (MENEGAT, 2019, p.85)

Assim, a violência institucionalizada como meio velado de impedir uma possível superação da sociedade capitalista é legitimada pelo poder estatal diante do paradigma do estado de exceção, de forma que *“tudo o que confronta o livre curso da acumulação de capitais nos tempos de sua crise estrutural é visto como um crime “contra a sociedade”* (MENEGAT, 2012,p.50).

Os indivíduos- em sua maioria jovens- que integram a massa de desempregados que não mais acessarão o mundo do trabalho, experimentam *“a sensação de impotência e o desaparecimento da perspectiva de um futuro minimamente previsível”* (Menegat, 2019, p.81), são eles que sofrem as formas mais atrozes de violência. Mesmo tendo uma escolarização maior que a média da classe trabalhadora anterior, não lhes foi permitido alcançar um senso crítico maior. Contudo, apesar de inseridos na ideologia de consumo burguês, os mais pauperizados são os que mais apresentam formas de relações sociais humanizadas baseadas na cooperação e solidariedade cotidiana dentro de seus territórios. São relações inatas para a sobrevivência desses seres perante a perversidade legalmente instaurada. Percebe-se nos estudos de Menegat (2012) que as formas territoriais de convivência praticadas por diversos grupos sociais – via de regra, os mais precarizados- e suas diferentes funções profissionais podem apontar um caminho de resistência e superação do estado permanente de barbárie.

A cidade, nesse sentido, ocupa o lugar de território da organização do sujeito coletivo que em outro momento coube a fábrica. Num país de segregação

social como o Brasil, as massas sem trabalho, ou em relações de trabalho precarizadas, ou mesmo parte da classe trabalhadora formalizada, moram na periferia, em bairros pobres contíguos. Tais massas estão dispostas em extensos territórios, cuja posse e forma de moradia, na maioria dos casos, foram fruto (e depende) de relações de cooperação e solidariedade entre os vizinhos. Por mais brutas que pareçam e são as relações sociais e humanas em tempo de barbárie, este grau de cooperação é um limite obrigatório para a sobrevivência mais elementar das classes subalternas, o mesmo talvez não se possa dizer sobre as camadas médias e parte da classe trabalhadora incorporada no sistema, por estarem totalmente devotadas ao espírito individualista de competição do capitalismo tardio. (MENEGAT, 2012, p. 52)

É neste contexto social bárbaro que o profissional do serviço social, tem sua atuação limitada pela conjuntura a qual chegamos. Logo, no próximo capítulo, iremos tentar compreender como a atuação e formação profissional precisa ser repensada, uma vez que suas projeções e o projeto profissional atual nasceram fadados ao fracasso e assim, a atuação do assistente social passou a ser, cada vez mais, a de um gestor da barbárie.

## CAPÍTULO 3: O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI

### 3.1 OS PRINCÍPIOS ÉTICOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO

O atual código de ética, assim como a lei que regulamenta a profissão, datam do ano de 1993, momento em que o Brasil vive ainda o fervor democrático após mais de 20 anos de ditadura civil-militar e a recém promulgada Constituição Cidadã de 1988.

A carta magna teve uma peculiaridade frente às demais constituições brasileiras, a formação de um Congresso Constituinte eclético, composto também por representantes da classe trabalhadora, para a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil. Devido ao contexto histórico vivenciado ao longo da década de 70 e 80, com as reivindicações das lutas dos trabalhadores, o texto constitucional ultrapassou o controle das elites e tornou-se híbrido, incluindo a afirmação de direitos sociais, bem como as expectativas das mudanças neoliberais já em curso nos países centrais e em implementação nos países periféricos. Ela foi pragmática e eclética deixando diversas questões a cargo de legislações complementares, foi um *“híbrido entre o velho e novo” não sendo considerada ideal para nenhum grupo nacional.* (BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

Apesar de contida no texto constitucional, a viabilidade político-econômica para a implementação dos direitos sociais em plenitude, diante da crise estrutural mundial, era inexistente. O Brasil não tem um forte histórico de experiências democráticas e a jovem e idealizada constituição, com marcas da busca por concretizar o máximo civilizatório do capital em território nacional – o estado de bem-estar social-, já nasce enferma e inexecutável, devido às contradições existentes no seu interior e, principalmente, pelos efeitos da crise estrutural do capital: desemprego, mudança na composição orgânica do capital, impossibilidade de valorização do capital e do aumento das taxas de lucro, etc.

O ponto de partida para entender tudo isso é ter a clareza de que o Brasil é marcado pela falta de sincronia entre tempo histórico nacional e internacional, ou seja, enquanto os países centrais vivenciam a industrialização, o Brasil ainda é agrário; quando o Brasil inicia a industrialização, os países centrais desenvolvem o máximo civilizatório; quando o limite estrutural do capital é sentido e a crise começa

a despontar nos países centrais, o Brasil vive o milagre econômico brasileiro, e assim, quando o Brasil tenta alcançar o estado de bem-estar social, a crise estrutural já está colapsando o sistema dos países centrais que tentam a sobrevida com a política neoliberal e o desmonte do estado social. Logo, num contexto de mundialização do capital e diante de uma economia dependente, a crise também afetará, e afetou, a economia brasileira.

Entender que o Brasil chega “atrasado” à social democracia, perante o contexto mundial e o seu frágil histórico democrático sempre controlado pelas elites, possibilita a percepção do porquê a Constituição Cidadã torna-se híbrida com fortes diretrizes sociais -conquistadas pelas lutas operárias e movimentos sociais- e, ao mesmo tempo, repletas de características e mecanismos conservadores para uma adesão tardia ao neoliberalismo.

A falta de sincronia com os acontecimentos internacionais permite entender porque o movimento dos trabalhadores brasileiros não tinha sido desmobilizado como nos países centrais, visto que não tinham alcançado a universalidade os direitos sociais e políticas sociais com o estado de bem-estar, tornando possível que, por suas lutas, eles se materializassem de forma geral no texto normativo da Constituição de 1988. Todavia, sem viabilidade na prática social, uma vez que ainda precisavam ser regulamentados - o que os tornam dependentes da elaboração de legislações complementares. Consoante a isto, durante a década de 80 o Brasil passa a sentir os impactos políticos e econômicos da crise internacional estabelecida, gerando a crise do seu endividamento e efeitos como: a crise dos serviços sociais públicos; o aumento da demanda e não expansão dos direitos sociais; o desemprego; a agudização da informalidade da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.139)

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e /ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.147)

Entretanto, cabe ressaltar que o acima citado nada mais é que reflexo da crise estrutural e a sobrevida do capital por meio da barbárie. Estamos diante do que Menegat (2019, p.66) conceitua com *uma civilização em fim de linha*, o colapso da

modernidade em que “*nossas energias não encontram mais as instituições e espaços sociais em que as expectativas de futuro outrora produziam.*”. (MENEGAT, 2019, p. 82)

É nesse contexto, no início da década de 90, mais precisamente em 1993, que é publicada a lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética do Assistente Social com seu projeto profissional.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionam a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos de classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da carta constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. É no quadro dessas profundas modificações por que passou a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do serviço social brasileiro, exigindo novas respostas profissionais.” (IAMAMOTO, 2015, p 233)

Esse projeto realiza-se em diferentes dimensões do universo da profissão: a) nos seus instrumentos legais, que asseguram direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos. Sendo historicamente condicionados, a legislação está sujeita a aperfeiçoamentos no curso das mudanças sociais. (IAMAMOTO, 2015, p.224)

Iamamoto afirma que o projeto profissional não é construído em perspectiva meramente corporativista, ultrapassando-a, pois é histórico e dotado de caráter ético político, e por isso, é elevado à universalidade. O projeto norteia como deve ser operado o trabalho do assistente social: impregnado de interesses da coletividade ou da grande política, entendendo política para além do Estado e governantes, mas como o *momento catártico*, que em suas palavras é “*o que permite aos homens ultrapassarem os determinismos econômicos que os constitui, incorporando-os e transformando-os em meios de sua liberdade, em investimentos voltados para criar uma nova forma ético-política da vida em sociedade.*” (IAMAMOTO, 2015, p.227)

Entretanto, também afirma a autora que o trabalho profissional cotidiano passa a ser conduzido por lutas pela produção e distribuição mais equitativa da riqueza, ultrapassando as desigualdades pela afirmação e concretização dos direitos e da democracia. Essas afirmações, segundo ela, desafiam uma interpretação do Brasil contemporâneo que contenha o (re)conhecimento de classes e segmentos

sociais em uma democracia restrita circunscrita aos membros das classes dominantes, que aprofundam os persistentes laços de dependência ao exterior diante de uma herança histórica que institui uma contrarrevolução burguesa permanente. (IAMAMOTO, 2015, p.228)

É neste contexto que os princípios fundamentais III, IV, V e IX elencados no código de ética precisam ser problematizados quando se referem à defesa dos interesses da classe trabalhadora, sua luta e seus direitos diante do quadro societário atual.

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (CFESS, 1993)

No contexto da sociedade atual, problematizando os princípios elencados cabe observar que: quando o princípio III afirma a garantia de direitos à classe trabalhadora, ele reafirma uma sociedade baseada em classes que também é baseada na exploração do trabalho. O princípio IV, ao apresentar a defesa da democracia enquanto socialização de participação política e riquezas produzidas, permanece defendendo uma formação política que, atualmente, fundamenta o estado de exceção, violência e barbárie instituído, além de uma ordem social baseada no mundo do trabalho atrelado ao dinheiro (conforme visto no capítulo 2). Já o princípio V quando expressa um posicionamento de assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, encobre a realidade concreta da contemporaneidade de desmonte dessas políticas, pois como assegurar que todos tenham acesso a algo que não existe mais? Ou pior ainda, que diante do modelo instituído não tem mais meios de existir. No mesmo diapasão dos princípios III e IV temos o princípio V, onde a questão está em como fazer a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem a

ideologia da luta geral dos trabalhadores, se o mundo do trabalho ruiu, e as pessoas encontram-se cada vez mais sem acesso a emprego, entregues a tentativas desesperadas de sobrevivência em um mundo colapsado.

É importante lembrar que *“a mesma social democracia que na Europa liderou a formação do estado de bem-estar social, faz agora os ajustes regressivos para a anêmica valorização do capital [Marx] se mantenha”* (MENEGAT, 2012, p.69), desta forma, não podemos ficar presos à defesa ferrenha de um regime democrático que, em sua composição atual, apenas atende o interesse de seu maior comandante: o capital.

Em contraponto, os princípios VI e VIII estimulam o pensar contemporâneo e a superação do modelo atual, quebrando as formas de vínculo com a sociedade capitalista.

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (CFESS,1993)

Nota-se que, o entendimento e a discussão sobre a luta de classe e suas derivações são fundamentais para entender como chegamos ao colapso atual, porém insistir, nos dias de hoje, que ainda é possível uma harmonização ou superação social por meio deste conceito tornou-se uma ilusão ingênua da mesma proporção que aquele gerado pela ideologia burguesa de ‘o pobre é pobre porque é preguiçoso e não gosta de trabalhar’.

Ademais, os princípios III, IV, V e IX são modelos clássicos do máximo civilizatório do capitalismo, possíveis de serem defendidos em um estado de bem-estar social, para a partir dessas conquistas, alcançar os princípios VI e VIII e a superação da ordem social. Entretanto, as políticas regressivas, derivadas do limite interno do capital e sua impossibilidade de valorização, desmontaram e impediram a continuidade do estado de bem-estar nos países centrais que combinado com o desmonte do movimento operário - que poderia ter feito a superação desse modelo social, mas acomodou-se diante dos ganhos de direitos e políticas sociais efêmeras-possibilitou uma sobrevivência da ordem capitalista com o aprofundamento de um

modelo desumano e perverso, baseado na coisificação dos sujeitos e barbarização das relações sociais. Cobrar de um jovem profissional a materialização desses princípios diante da conjuntura atual chega a ser cruel com sua saúde mental, enquanto entender o movimento histórico e a fase do “*capitalismo de catástrofe*” (MENEGAT, 2019) pode ser o catalisador necessário para o desenvolvimento da superação desse modelo social.

A classe trabalhadora brasileira, por seu turno, já não tinha mais força, unidade e condições objetivas no início dos 1990 para dar outra direção ao espírito do tempo. Algo de muito significativo estava mudando. Se cabe aqui alguma avaliação moral das escolhas tomadas por importantes máquinas de organização de massas, ela deve se dirigir à sua desistência em aprofundar a crítica ao capitalismo e em pensar novas alternativas, mesmo que pudesse significar um abandono de antigas crenças e caminhos. Mas isto, também poderia ser visto por muitos como um abandono de posições, na medida em que uma crítica radical a esta sociedade não produz ainda movimentos de massa. (MENEGAT, 2019, p. 86/87)

Neste quadro, é imperativo confrontar a necessidade da superação da defesa da classe trabalhadora para a superação deste modelo social vigente. Para isso, é preciso entender mais a fundo o desmonte das políticas e direitos sociais pelo neoliberalismo que se apresenta como uma tentativa de saída da crise estrutural. Porém, como são apenas reflexos daquilo que não tem mais conserto, apenas promovem a sobrevivência desse modelo social em estado permanente de barbárie.

### 3.2 A MUDANÇA SOCIAL

O capital, ao chegar ao seu limite interno, desestrutura as formas do estado de bem-estar social e impõe a execução de políticas neoliberais. O neoliberalismo concretiza-se diante do fim do socialismo e da capitulação das lideranças operárias pelas frágeis conquistas adquiridas durante o estado de bem-estar nos países centrais. O aumento do desemprego facilita com que as políticas dessa ordem desmobilizem os sindicatos, enfraqueçam as greves, promovam a mudança no financiamento público e, com isso, se realize cortes nos gastos sociais, mudanças nas políticas de proteção social e aumento de impostos, provocando a agudização das desigualdades sociais e aumento da concentração de riquezas. Há uma tentativa de privatização de serviços, transformando-os em mercadorias pagas pelo usuário e não pelo Estado, com a mercantilização dos serviços sociais, de forma que os setores não industriais tornam-se mais dinâmicos e geram mais empregos,

porém, esse tipo de valorização não dura muito pela própria essência de produção de mais valor. São promovidos amplos programas de privatização para o desmonte do aparato estatal sob justificativa de saída da crise, contudo não resolvem, mas geram efeitos destrutivos na condição de vida dos trabalhadores. Nesse novo período de ascensão neoliberal, os conservadores implementam políticas que não visam sustentar a demanda social diante da crise estabelecida, mas exclusivamente restaurar o lucro. (cf. BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

Estamos às voltas, portanto, com o impasse que serve de base para a situação de origem do estado de exceção. A função do orçamento não é o de garantir o bem-estar da reprodução social da população, isto é, o patamar civilizatório básico das melhores energias deste tempo, mas de ser ancora da estabilização monetária. (MENEGAT, 2019, p.161)

É nesse contexto de desestruturação social, onde o “*neoliberalismo é um processo social cujas exigências são determinadas pela necessidade da valorização do valor*” (MENEGAT, 2019, p.76) que o profissional do serviço social atua junto à parca classe trabalhadora, mas principalmente com imensas *massas de sobrantes*<sup>1</sup>, diante das expressões da questão social e do (neo)pauperismo estabelecido.

No alvorecer de um novo século, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricas- e portanto, móveis e transitórias – sofrem significativas alterações. Elas são indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas e do aparelho de Estado, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vem ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo preceitos liberais. (IAMAMOTO, 2015, p.231)

No Brasil, como visto, a falta de sincronia com o contexto internacional, fez com que a redemocratização fosse entremeada com a previsão antagônica de direitos sociais e de formas jurídicas estruturantes do neoliberalismo, de modo que esse último passou a ser implementado, ao longo da década de 1990, como forma de saída da crise estrutural que começava a despontar suas consequências no país, enquanto aquele ficava à mercê da promulgação de leis complementares e ordinárias, bem como, programas, políticas públicas e previsão orçamentária para sua implementação e execução.

O neoliberalismo, cujas posições foram parcialmente derrotadas nos debates da constituinte, foi sendo introduzido no período imediatamente posterior, sub-repticiamente, como se fosse a única percepção racional da crise em

---

<sup>1</sup> Conceito amplamente utilizado por Menegat, M. ver *Sem lenço nem aceno de adeus, in Estudos sobre Ruínas, Rio de Janeiro, Revan 2012.*

andamento, e se tornou senso comum ainda no início da década de 1990. Sua força ilusionista foi representar uma saída para este impasse sem ser uma saída, mas o aprofundamento da instabilidade. O fato é que a defesa de uma constituinte dirigente numa época em que a financeirização tornava improvável qualquer expansão de direitos se apresenta como uma contradição sem solução no chão histórico do capitalismo tardio. (MENEGAT, 2019, p.158)

Não sendo mais desejável para o capital a implementação de políticas e direitos sociais - e nem viável diante do seu interesse único de valorização-, a crise estrutural irreversível e a agudização das desigualdades sociais tornam-se tão intensas que as políticas instituídas passam a ser uma regressão social à barbárie. Os seres humanos sobranes à lógica do capital, que são excluídos do acesso ao mundo do trabalho, mas não são excluídos da ideologia burguesa e sua ótica de consumo fetichista, pelo contrário, são reproduzidos e inseridos nesse modelo hegemônico que gira em torno exclusivamente do dinheiro. Porém, a pauperização, a nível tão intenso que impede sua reprodução nessa lógica acumulativa, faz com que essas massas – que não tem mais o apoio do estado assistência- sejam contidas e controladas para não subverter a ordem capitalista.

É neste momento que a sociedade institui a violência em suas diversas roupagens como uma cola estruturante daquilo que desmorona, seja através do estado penal com seu papel punitivo e o estado de exceção com sua roupagem democrática, seja pela necessidade de sobrevivência daqueles que não possuem mais acesso ao mundo do trabalho, direitos e garantias fundamentais, seja pelo medo daqueles que ainda lhe são funcionais. De toda forma, o direcionamento social que a sociedade capitalista tomou foi regressivo e bárbaro, institucionalizando a violência como forma de contenção social, tanto daqueles disfuncionais à sua lógica, quanto dos trabalhadores explorados e alienados que além de sofrerem de forma velada, legitimam essa violência pelo medo diante do mal-estar estabelecido.

Neste sentido, “a troca de mão do Estado” assinada pela onda punitiva é uma violência dirigida principalmente contra os negros e as mulheres, desmontando a política de assistência do período anterior. A fase persuasiva da adesão à ordem foi substituída por uma “lógica controladora em larga escala”. Antes a adesão era negociada a partir de ganhos, agora, da ameaça de perdas maiores. (...) Por se tratar da necessidade de contenção em larga escala de massas humanas refugadas pela lógica social da acumulação do capital, as prisões não podem ser mais analisadas pela chave de uma sociedade disciplinar sem que, no entanto, a sociedade burguesa tenha deixado de recorrer à disciplina. Ela reforça uma dinâmica dual de contenção e disciplina. (...) agora se impõe simplesmente a contenção das massas sobranes para que a continuidade da ordem social não seja afetada pela existência destas e suas necessidades. (...) A sensação de que a aparência

inabalada das coisas já não corresponde à sua verdade, de que está em curso um movimento que promete trincar suas formas, faz do presente a mera espera de um futuro que não se quer, a exemplo de quem aguarda um tsunami sem ter para onde correr. Tal sensação se espalha como uma nova espécie de mal-estar- desta vez, o de uma civilização em fim de linha.” (MENEGAT, 2019, p. 65/66)

De certo modo, o sentimento de insegurança social produz mais desconforto aos que ainda possuem empregos do que o horror em que o mundo do trabalho agoniza- crivado de modos arcaicos de intensificação e ampliação das jornadas, assim como de modernos modos de humilhação e redução crescente de direitos. Como os trabalhadores permanecem “abandonados às ‘leis naturais da produção’ isto é, a sua dependência do capital”, a ameaça esta no lado de fora da fábrica, naquela ameaçadora massa apartada de qualquer meio- que não a assistência- para a realização de suas necessidades. (MENEGAT, 2019, p. 72)

Pode-se perceber com isso que o mundo contemporâneo ultrapassa os desafios profissionais clássicos da atuação do assistente social como a superação das desigualdades sociais, luta pelos direitos e defesa da classe trabalhadora. Para além disso, passa a envolver a compreensão reflexiva das manifestações regressivas e violentas que obstaculizam qualquer possibilidade de desenvolvimento social no capitalismo. A análise conjuntural precisa englobar o conhecimento e estudos de que essa ordem entrou em colapso pelo seu limite interno absoluto, e a partir daí não há mais como superá-la pelos meios que ainda lhe são estruturantes. As estruturas desmoronaram, e o pouco do que resta são remendos para postergar sua superação. Tendo esses conceitos em mente, e entendendo o colapso ao qual estamos inseridos, é que os assistentes sociais - por terem maior possibilidade de atuação próxima às massas- podem realizar o elo para informação, diálogo e reflexão coletiva de superação dessa ordem.

A violência à qual a população está inserida passou a ser a forma de contenção com a finalidade única de evitar ações anticapitalistas. E o profissional precisa entender essa *civilização em fim de linha* para atuar em conjunto com essas massas justamente para a formação de um possível movimento revolucionário e assim alcançar a superação social.

A violência cotidiana, que mudou de qualidade nos anos 1990, e não por mero acaso, é uma cifra da desagregação dos laços sociais e da complexificação da construção de sujeitos coletivos para uma ação anticapitalista. A falência e desmonte de parte do aparelho de Estado, aquela responsável pelas funções sociais, e o enfraquecimento da política parlamentar, onde se faziam as mediações racionais do confronto entre as classes, reduzem o horizonte de ações que possam dar alguma satisfação às demandas dessas massas. Como não é possível o processo de convencimento que legitima o Estado sem se fazer concessões às massas, e não são mais possíveis grandes concessões nesta situação histórica, este

quadro tende a se arrastar com contornos de indefinição não superáveis nos seus marcos institucionais. (...) Este é o objetivo com o uso deste conceito de formação de massas em tempo de barbárie: o de pretender indicar as bases sociais para a constituição de um possível sujeito de um processo revolucionário no momento em que o capitalismo começa a desmoronar e a se tornar uma ameaça iminente para a existência da humanidade e do planeta. (MENEGAT, 2012, p.48)

Entretanto, para tal, é fundamental ter a percepção do desmoronamento do mundo do trabalho que derrubou o pilar que sustentava a formação da classe operária e trabalhadora. O processo de queda foi da sua captação ideológica, passando por sua fragmentação, sua desconstrução e agora sua adaptação remendada e alienada para o suporte ilusório de uma estrutura que não se mantém mais em pé. Não se trata mais apenas do desemprego funcional ao capital, mas sim da inexistência de emprego, ou seja, não é mais uma questão de conseguir vender sua força de trabalho, mas sim uma supressão da sua utilização nos meios de produção numa tentativa contraditória de produção de mais valor, pois paradoxalmente destrói a base estruturante para sua aquisição. É na eliminação dessa estrutura que se tornou fantasioso falar, hoje em dia, de uma classe trabalhadora que deve lutar por direitos sociais, a uma geração que nunca acessou, nem acessará o mundo do trabalho. Manter esse discurso para a superação social, não produz a aproximação desses sujeitos para uma formação revolucionária, mas apenas reforça a ordem vigente e a alienação dos sujeitos.

Na medida em que a regressão a barbárie se intensifica, aquele hábito de vida mais baixo, ele mesmo, é destroçado a força, para que novos acréscimos de rebaixamento sejam feitos. A pauperização das classes subalternas, que são predominantes índios(as) e negros(as), não é, nesta perspectiva, um fenômeno do passado, como atestam os índices de desemprego, subemprego e as inúmeras formulas de terceirização do trabalho, mas “é o resultado da fase madura da acumulação de capital”, a partir da qual todo acréscimo de produção somente pode ser realizado deprimindo os salários e, paradoxalmente, ampliando o desemprego. Este é um sintoma agudo da crise do limite interno absoluto da produção do valor. (MENEGAT, 2019, p.179)

Acontece que o referido esgarçamento dos laços sociais é, de fato, uma ruptura interna a estes, não entre as classes ainda funcionais à acumulação de capital, mas destas com aquela massa que passou a ser o outro lado da fronteira do desmoronamento da sociedade e a representar um sentimento difuso de horror. (MENEGAT, 2019, p.67.)

As mudanças na forma de produção e suas consequências no mundo do trabalho, instituídas pela Terceira Revolução Tecnocientífica, quebram as bases do capitalismo, que, para continuar em pé, massacra massas de seres humanos sobrantes aos seus interesses de valorização. Esses seres humanos não pertencem

mais a classe trabalhadora funcional ao capital e, portanto, não são alvos de políticas e direitos como outrora no estado social, todavia passam a ser alvos de uma violência institucionalizada apoiada por aqueles que ainda conseguem fazer parte de uma classe trabalhadora alienada, fragmentada e cada vez mais sufocada. O capital só atende aquilo que possa lhe gerar lucro, e por isso, possui artifícios para condicionar a ínfima e decadente classe trabalhadora á ideologia burguesa, onde a única forma de ser é ter, simplesmente para a manutenção dessa ordem barbara alheia a qualquer moral senão o lucro. Para alcançar seu objetivo aniquila aqueles que não possuem mais lugar em sua estrutura desmantelada. É assim, com o massacre dos sobrantes e alienação daqueles que ainda conseguem estar inseridos na funcionalidade desse mundo contraditório de exploração, que as políticas neoliberais avançam desestruturando a vida em prol a tentativa de uma restauração temporária do lucro.

Com base nos estudos de Menegat (2012, p.146) visualizamos que *“a questão não se resume a pobreza da maioria dos membros da sociedade, mas se refere à qualidade das relações que se estabelecem em seu interior.”* A barbárie passou a ser o modo geral de organização, e a luta pela simples sobrevivência desses sobrantes é criminalizada, levando a sociedade à regressão social que compõe um estado permanente de barbárie diante do que sobrou nessa crise estrutural.

No que tange a trajetória histórica da formação profissional, Iammamoto, por sua vez, demonstra como o serviço social passou de uma ação moralizadora e educativa da família operária que reforçava a colaboração capital trabalho, com assistência educativa adaptada aos problemas individuais, para -diante do processo de intenção de ruptura vinculado ao projeto de classe- uma formação teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política, com senso crítico de defesa da classe trabalhadora comprometido com um novo projeto de sociedade. A crítica que fazemos a essa posição é de como defender esse modelo da intenção de ruptura, vinculado à defesa de uma classe que não possui mais bases sociais estruturantes para sua manutenção. Como poderia, no capitalismo tardio, executar, viabilizar ou defender um novo projeto de sociedade reforçando conceitos que apenas servem para manutenção desta? Em uma dimensão muito mais próxima à atuação

cotidiana, a crítica é relacionada a como o serviço social atuando na questão social<sup>2</sup> seria um viabilizador de direitos que estão sendo desmontados diante do estado permanente de barbárie que estamos inseridos? Nesta direção, a utilização das dimensões teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política, nos moldes atuais da prática profissional, não estariam mantendo o modelo social ao invés de romper com ele? O serviço social não se torna funcional e novamente conservador do sistema?

### 3.3 REFLEXÕES SOBRE O CONSERVADORISMO PROFISSIONAL

O assistente social é um profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho que lida com as contradições da sociedade capitalista diante da tensão do binômio capital-trabalho. Atua diretamente com as políticas e direitos sociais que visam atenuar, conter, ou - para alguns otimistas- eliminar as mazelas sociais e as expressões da questão social. Essa é uma definição clássica, basilar da profissão que aprendemos e reproduzimos durante toda a graduação. A partir dela, iremos abordar, entender e analisar criticamente a profissão e a atuação profissional no século XXI.

Não cabe neste trabalho abordar todo o percurso histórico de desenvolvimento da profissão, mas será importante para sua continuidade entender o conservadorismo em sua essência, o movimento de intenção de ruptura ao longo da década de 80 e a aproximação profissional com a teoria social crítica.

O serviço social é uma profissão recente na divisão sócio-técnica do trabalho. No Brasil surge durante a década de 1930, ligada à Igreja e ao conservadorismo cristão. Ao longo do século XX foi se desenvolvendo no mundo do trabalho como profissão técnica e educativa da classe trabalhadora. Nas últimas décadas do século XX, diante do movimento de reconceituação, há uma grande aproximação com as ciências sociais e, com isso, há a consolidação da teoria social crítica na formação e atuação profissional, rompendo com o direcionamento conservador presente nas fases anteriores. Claro que o processo não foi tão simples, contudo a pequena

---

<sup>2</sup> Cabe aqui lembrar o abordado no capítulo 1, onde é problematizada a questão social e sua desconstituição devido à perda do caráter ideopolítico e agora também passa a ser desconstituída diante da perda da própria estrutura de classe trabalhadora.

divisão rudimentar do desenvolvimento profissional serve para guiar o trabalho no que se refere ao histórico profissional.

Iamamoto, como referência do pensamento que permeia a profissão, tem sua trajetória marcada pela análise e história da profissão, sendo inclusive uma das profissionais que participou do movimento que inseriu a teoria social crítica na atuação e formação profissional. É perceptível em suas obras a luta contra o conservadorismo profissional e a defesa da luta de classe como forma de superação das contradições existentes na sociedade burguesa. O mesmo padrão de pensamento é visto de forma hegemônica pela grande maioria dos autores considerados clássicos da formação em serviço social.

Porém, diante do até aqui desenvolvido e em consonância com o que se busca comprovar a seguir, é preciso ter em mente que a mudança no mundo do trabalho – e na esfera de produção- já aconteceu de forma a ruir as bases desse modelo social. A inserção da teoria social crítica no serviço social brasileiro acontece no momento histórico em que o mundo já está inserido na crise estrutural do capitalismo. Como visto, a década de 80 já possui marcas de que a sociedade capitalista ultrapassou seu limite interno e começa a apresentar sintomas nos países periféricos ou de economia dependente. Lembrando que nos países centrais os sinais visíveis desse limite surgem na década de 70.

É a compreensão dos aspectos estruturais da sociedade burguesa e de suas instituições que permite que se levante a hipótese de que esta forma social transitória e histórica atravessa uma crise provavelmente sem saídas. Tal forma social está sendo confrontada com seu limite lógico interno, e sua dissolução é um acontecimento de ordem semelhante à dissolução de outras sociedades do passado, como o escravismo antigo e o feudalismo, sem que isso autorize a dedução do modelo do seu fim a partir da simples repetição de qualquer desses exemplos. Não se trata de uma crítica das trocas de mãos, mas da relação indissociável entre Estado e mercado, que parece ter chegado ao limite. (MENEGAT, 2019, p. 77)

A base da teoria social crítica alcançada por esses profissionais adveio da aproximação dos estudos do serviço social com o das ciências sociais que também acabaram por se esvaziar do pensar criticamente a contemporaneidade. Breves passagens feitas por Menegat (2019) promovem o pensar do porquê muitos assistentes sociais permanecem presos de superação social através da classe trabalhadora.

Para as gerações que viveram o período da transição democrática no calor de novas possibilidades de intervenção política, em especial, que se entusiasmaram com a formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, era impossível imaginar que a história, pela enésima vez, lhes negaria o “direito” de reescreve-la a seu favor. (MENEGAT, 2019, p. 85)

Boa parte da literatura das ciências sociais deste período não foi mais do que técnica de controle social com o objetivo de limitar a abrangência explicativa da relação entre as evidências empíricas e a compreensão de um quadro regressivo da vida social. (MENEGAT, 2019, p.61/62)

A verdade é que, no vácuo em que a sociedade burguesa é tragada, quase tudo conspira contra o exercício de uma crítica radical. Diante de uma situação difícil, em que os limites da sociedade são sentidos, mas nunca enunciados – seja pela mediocridade em que a teoria social se enredou nos últimos decênios, seja por um instinto perverso de sobrevivência-, a regra é exigir de quem pensa que o faça com um tipo de reflexão “responsável” misturada a sugestões eficientes de resolução dos problemas. Em outros termos, numa época de triunfo dos especialistas do nada, literalmente, prontos a servirem uma lista de normas para iludir a forma que já desvaneceu, dedicar-se à crítica é quase da um tiro no pé. (MENEGAT, 2019, p.82)

Entender esse contexto não é estar ligado ao conservadorismo ou reforça-lo, pelo contrário, é uma forma de entender a sociedade contemporânea sem se prender ao passado, pois conforme lamamoto (2013 p.25) “*A fonte de inspiração do pensamento conservador provem de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista.*”

Ao entender os conservadores a partir da própria conceituação de lamamoto (2013, p.25) como “*profetas do passado’ que exaltam formas de vida que já foram historicamente dominantes e passam a ser consideradas como válidas na organização da sociedade atual*”, é possível associar que a defesa do projeto ético-político com forte aproximação e inspirado em ideias de um modelo de sociedade que foi o estado de bem-estar social, nada mais é do que ser conservador de modelo que não mais tem como existir. A luta de classes orquestrada e derivada de demandas sociais do século passado, na atual fase do capitalismo, apenas serve para manter a sobrevivência da ordem capitalista, uma vez que a dimensão da classe é um elemento primordial para a sustentação dessa ordem societária. Esse tipo de luta tornou-se funcional ao capital, no momento em que não foi superada a ordem vigente quando atingiu seu máximo civilizatório. Discutir classe como forma de superação social em um mundo do trabalho desmoronado é apenas reforçar valores ideológicos do capital.

Ao defender aquilo que moldava o estado de bem-estar social e a proposta do código de ética, como o posicionamento pela defesa da classe trabalhadora e sua luta, percebe-se que esse caminho leva a uma nova forma de conservadorismo (ainda que inconsciente) pois, conforme lamamoto (2013 p.26), podemos ver o conservadorismo como um conjunto de ideias que reinterpretadas transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista.

Através desse mecanismo, o pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo. Aquela tensão referida – entre noções e ideias oriundas do passado, mas intencional e racionalmente ressuscitadas como ideologicamente válidas para responder as necessidades de explicação da própria sociedade capitalista – permite que ele seja articulado às intenções básicas da burguesia, isto é, seja uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe. (IAMAMOTO, 2013, p.26)

Em 1981, é escrito por lamamoto(2013, p.26), diante do fervor do movimento de reconceituação profissional, que o conservadorismo moderno é *“um rapto ideológico de noções reinterpretadas no seu significado original e propostas como válidas para compreender e agir em contexto histórico diferenciado daquele no qual emergiram”*, complementando que ele obscurece as contradições próprias da sociedade capitalista e enfatiza em suas análises o que favorece sua própria coesão e reprodução de modo que encobre as desigualdades fundamentais nela reproduzidas.

A questão a ser levantada aqui é, trazendo para o tempo atual, a defesa do serviço social em nome de uma possível luta de classes o torna conservador desse modelo de barbárie e o impede de despertar para criação e defesa de um novo modelo social que supere o atual. O que difere agora é que modo de pensar que guia os profissionais, não mais favorece diretamente a coesão e a reprodução da ordem vigente por encobrir suas desigualdades, mas favorece sua manutenção quando não fomenta sua superação ou quando nega o colapso das forças produtivas de mais valor, visto que houve a substituição do trabalho vivo por mecanismos efetivados pelo amplo desenvolvimento tecnológico, ou seja, o colapso das estruturas desse modelo social baseado no mundo do trabalho, de forma que provoca o colapso do modelo de classes. Assim, é necessário deixar de analisar somente a busca pelos interesses da classe operária e passar a buscar também o entendimento desse colapso para a superação desse tipo societário.

Para tal, é preciso quebrar no ideário profissional a *“ilusão de que a modernidade seria um tempo promissor de bem-estar social num regime de ampla liberdade”* (Menegat, 2012, p.64), pois, como visto, o bem-estar social foi alcançado no ápice civilizatório dessa sociedade e, foi apenas uma fase desse modelo societário cruel e bárbaro que se permitiu cobrir com um manto mais humanitário para derrotar possíveis ameaças de sua superação.

O mesmo tipo de análise que realizamos agora foi realizado no passado por Iamamoto (2013) ao defender o movimento de ruptura, demonstrando como o serviço social com influência conservadora incorpora a noção de comunidade como padrão analítico de um projeto norteador da profissão em um contexto que não possui mais as bases necessárias para sua sustentação, ou seja, sem contrapartida histórica.

Mas a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias, mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital. (IAMAMOTO, 2013, p.30)

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las. (...) essa ruptura tem como pré-requisito que o assistente social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. (IAMAMOTO, 2013, p. 42)

Nessa conjuntura político econômica em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a prática do assistente social passa a ser analisada a um projeto de classe. Verifica-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. (IAMAMOTO, 2013, p.43)

Cabe aqui salientar que, assim como a comunidade surge quando a sociedade não mais possui os princípios estruturais para que ela se realize- de forma que não há contrapartida histórica para isso- o movimento dialético da história nos mostra que o mesmo aconteceu com o processo de intenção de ruptura na década de 80. Esse trouxe princípios éticos-políticos e um direcionamento

profissional em um momento da sociedade onde o capitalismo tardio já não permitia mais sua concretização, ou seja, o colapso estrutural do capital não permite mais que uma emancipação social ocorra por meio do mundo do trabalho.

Nesse contexto, o serviço social vem se tornando novamente conservador. Todavia não mais referente à família, à corporação e à moralidade cristã, mas sim aos seus valores ideológicos baseados na luta de classe e o mundo do trabalho. Para quebrar os novos laços conservadores é preciso que os profissionais entendam e aceitem o colapso do capitalismo a fim de que seu agir profissional não seja mais de defesa da luta de classes, mas das lutas sociais, por movimentos sociais emancipatórios ou outros núcleos e mecanismos que permitam pensar e superar esse modelo social. O que é certo é que: é necessário transcender a ideia puramente classista atrelada ao mundo do trabalho.

Insistir na superação pela classe trabalhadora é ser conservador e ficar preso ao passado. Não se pode temer romper com as ideias clássicas que moldaram a visão crítica do serviço social por apego a um mundo de outrora, lembrando as palavras de Yamamoto (2013, p.28) “*o conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência à sociedade.*” Para a superação dessa ordem social o serviço social precisa entender os aspectos da luta de classe no contexto histórico sem se prender ao romantismo-como conservação do modelo no plano da reflexão-, de que é através da luta de classe que haverá essa superação. A experiência do socialismo real já demonstrou que não foi possível a superação por esse caminho.

Não há dúvidas que a luta histórica proporcionou ganhos importantíssimos para entender o porquê, como e aonde chegamos conjuntamente, para, a partir daí, pensar a superação. É fundamental entender a dinâmica de classes, pois é a partir dela que é possível entender a sociedade atual e como a individualização das relações são meios de atender aos interesses mais conservadores. De pronto, percebe-se que a luta é coletiva, e a superação parece vir por meios de movimentos humanos/humanitários, onde os seres humanos não sejam mais meros indivíduos separados, isolados e mecanizados, mas sim seres que, apesar de possuírem aspectos individuais, desejos, sentimentos, também possuem demandas que são

universais, e parte de um núcleo maior, um coletivo que tem diversas questões da ordem social.

Assim, na tentativa impetuosa de tensionar o pensar sobre a contemporaneidade, rompendo com o que é conservador, que tentamos demonstrar como as bases ético-políticas da profissão seriam aplicáveis e eficazes apenas num contexto de estado de bem-estar, que como demonstrado já está morto, e por isso elas nascem fadadas ao fracasso diante de um mundo que já entrou em outro estágio. A partir disso, a questão que se faz é se o assistente social na atualidade é um agente da mudança ou um gestor da barbárie?

### 3.4 AGENTES DA MUDANÇA OU GESTORES DA BARBÁRIE?

A funcionalidade do serviço social para conservação da ordem capitalista ocorre quando o profissional defende estruturas que compõe esse sistema, e por isso, inconscientemente impede sua superação. Há uma falha na formação profissional diante da análise reflexiva da sociedade contemporânea ao negar a desconstrução do mundo do trabalho e mantendo-se presos a ideias de um mundo de classes. Essa negativa reflexiva desencadeia uma atuação que reproduz a alienação dos sobrantes, criando a perspectiva de que esse mundo poderia ser acessível a eles.

Iamamoto (2015) aponta as mudanças no mundo do trabalho do assistente social enxergando-o como pertencente a uma classe trabalhadora assalariada. E sim, a grande parte dos profissionais do serviço social ainda é inserida no mundo formal do trabalho justamente por ser parte daquela pífia classe trabalhadora funcional à sobrevivência do capital. Apesar do desmonte do estado de bem-estar, e de todas as políticas regressivas com relações desregulamentadas e flexibilizadas, os assistentes sociais ainda sim conseguem manter sua inserção em um mundo de outrora, mesmo que de forma precarizada, sem as concessões de antes e inseridos na ordem pela violência institucionalizada.

Ora, é nesse contexto que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos

recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional efetivado em condições de assalariamento. (...) São muitos os desafios atuais. O maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolida-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ela apontada. Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que lhes atribuem sustentação com a realidade do trabalho cotidiano. (IAMAMOTO, 2015, p.233)

Ao analisar a atuação contemporânea, a autora reconhece a atuação limitante dos profissionais abordando sua condição de assalariamento alienado, de forma que o significado social do seu trabalho se sujeita às determinações de seus empregadores. Entendemos diante disso que, por ainda conseguirem acessar o mercado de trabalho, justamente por serem funcionais ao capital, ainda são considerados pertencentes à classe trabalhadora alienada e violentada, porém atuam cada vez menos com pessoas pertencentes a esse mundo do trabalho. Observa-se nas entrelinhas que a referência analítica dos autores clássicos é um desejo baseado no estado de bem-estar em que há a empregabilidade formal, a possibilidade da venda da força de trabalho e mediação por entidades representativas e a coletividade da classe trabalhadora.

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõe, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de usas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora. Portanto, essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional. Ela implica compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral- o dinheiro-, que expressa o valor de troca dessa força de trabalho, corporificado no salário, atestando estar essa atividade profissional inserida no reino do valor da sociedade capitalista. Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (IAMAMOTO, 2015, p. 215)

É nessa perspectiva que o serviço social crítico derivado do movimento de intenção de ruptura torna-se conservador, vivendo em ideias do passado nos moldes do estado de bem-estar que não mais existe e tornou-se inviável para realidade e interesses do capital. Para evitar esse novo tipo de conservadorismo profissional é necessário que a formação contenha a reflexão que essa condição de assalariado é privilégio de poucos. A grande massa sequer irá acessar relações de trabalho mesmo que informais e precarizada.

A atual configuração do capitalismo torna impossível- e indesejável – qualquer volta ao passado dos 30 anos gloriosos da expansão pós- Segunda Guerra. A formação de imponentes corporações multinacionais, que suprimem as fronteiras do Estado-Nação conforme seus interesses particulares, enfraquece os instrumentos estatais de controle e regulação, tornando a esfera pública um espaço impotente, cuja própria forma é incapaz, não apenas pela falta de vontade política, mas, principalmente, pela completa ausência de força e formas organizativas que possam confrontar estas corporações e seus poderes supranacionais. O velho Estado burguês parlamentar é uma forma inapropriada para enquadrar as novas configurações do capital, que dele se usam, comprando-o e chantageando-o conforme suas necessidades. (MENEGAT, 2012, p. 29)

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos. (IAMAMOTO, 2015, p. 219)

Se não houver a clareza de que o mundo do trabalho é, hoje, para poucos, isto é, tornou-se um privilégio, as forças profissionais serão desperdiçadas nessa luta pelo contorno das demandas impostas pelos empregadores em prol da defesa da classe trabalhadora, pois insistir que neste conceito categórico é reforçar o remendo de estruturas decadentes que só servem para a manutenção do ideário capitalista.

(...) a luta de classes dos primeiros tempos da modernização capitalista, que Marx descreveu em *As lutas de classe na França* como uma explosão instintiva e imprevisível sob o prisma da permanência da ordem burguesa, foi finalmente integrada após os grandes abalos que estabilizaram esta sociedade a partir de 1945. A institucionalização da luta de classes – sindicatos, partidos, jornais, revistas etc. – foi um lastro legitimador do Estado na sua transição do período clássico do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios. Esse lastro permaneceu no empenho recente da social democracia – a esta altura, a única forma de representação eleitoralmente viável das classes subalternas – nas reformas liberais. (...) assim, se a institucionalização da luta de classe foi um passo à integração da classe operária ao capitalismo, na medida em que a integração ganha mais força com a escassez de empregos, esta institucionalização vai adquirindo o caráter de unidade sustentadora do que ainda se mantém nas acelerações dissolutivas da crise estrutural em atuação no presente. O que ocorre é que as classes foram reduzidas à sua verdade última, ou seja, a de serem

diferentes modos de personificação do capital como um processo histórico social fetichizado. (MENEGAT, 2019, p. 70/71)

Iamamoto (2015, p.241) reconhece que *a categoria, no seu conjunto, dispõe de uma possibilidade privilegiada de aproximação à vida cotidiana das classes subalternas*. Quebrando a ideia de classe, essa possibilidade privilegiada permitiria a articulação com forças populares para um alcance revolucionário propulsor do rompimento da sociedade burguesa.

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação. (IAMAMOTO, 2015, p. 220/221)

Como ocorreu o esvaziamento da luta sindical- que foi substituída pela autorrepresentação dos indivíduos abstratos e concorrentes entre si no mercado- em consonância com a crise e desmonte do modelo de Estado regulador e de assistência social, o proletariado se vê na curiosa posição de defender suas conquistas restritas, em geral, em uníssono com os interesses de seus patrões. Essa situação apenas poderia ser rompida por uma análise do conjunto das transformações em curso pela retomada de objetivos estratégicos de confronto com a ordem socioeconômica. (MENEGAT, 2012, p. 37)

A luta por direitos, a depender de como é direcionada, também pode se tornar um meio de esgotar forças em algo que não é mais possível alcançar sem a ruptura com esse modelo estabelecido, pois diante do neoliberalismo instaurado, conforme Menegat (2012 p.30), o Estado passa a não ter mais os recursos dos impostos direcionados para financiar a reprodução social, uma vez que não tem forças para confrontar interesses das corporações e passam a ter suas funções reduzidas quando surgem novas demandas e necessidade de efetivação da vida social. A violência instaurada como forma de contenção das massas para evitar a revolução substituiu as concessões de outrora que legitimavam o Estado e a aceitação do capital, e dessa forma impede qualquer alcance importante de direitos.

Neste sentido, a crítica desta sociedade somente terá força de transformação do real se ela partir da constatação de que não há mais remédios significativos- isto é, ganhos possíveis para todos- dentro dessa forma social. Tudo que ela pode oferecer é um espetáculo de horror já em curso e que a atual modalidade do Estado Penal é apenas o início, um posto avançado de

contenção e dissolução – que será tentada à força e com mil artifícios no intuito de manter o que não tem mais condições de possibilidade de existir. As formas sociais do passado que colapsaram não tiveram a força destrutiva acumulada da sociedade burguesa. (MENEGAT, 2019, p.80)

Perante a afirmativa de Menegat (2012 p26) que “*A mobilidade social está esgotada e, deste quadro, a perspectiva é de permanente piora, ora lenta, ora acelerada, sendo as classes subalternas a própria matéria sobre a qual a estrutura da sociedade burguesa desmorona.*” percebemos que: o sonho de antes reverteu-se no pesadelo de um sofrimento atual. A perspectiva de lamamoto (2015 p.221) de “*desentranhar dos processos sociais uma nova agenda profissional e inéditos deságios que impulsionem a consolidação do projeto do Serviço Social brasileiro*” tornou-se um enorme paradoxo, pois, como visto, não é coerente defender uma superação por uma nova ordem anticapitalista diante da consolidação do projeto do serviço social estruturado na defesa de direitos e lutas da classe trabalhadora. Logo, impulsionar o projeto do serviço social da forma que se encontra é remendar estruturas que mantêm a sociedade burguesa, mas não possui mais formas de se manter em vigor sem mecanismos de contenção violenta e barbara.

O Capitalismo exala vigor por todos os seus poros, mas não há mais como transformar valor em mais valor, Sua crise é por excesso, ele sofre de uma terrível conjunção de superacumulação e superprodução. É devido a este vigor que sua agonia se arrasta. O mundo é finito, demasiado finito para sua dinâmica abstrata de produção. Essa crise estrutural é o espetáculo assombroso de uma potência que pode produzir o calor do coração de uma estrela, e, não obstante, deve se apagar. É improvável que isso ocorra sem que bilhões de pessoas se queimem.( MENEGAT, 2019, p.80)

Nesse diapasão, o serviço social teve a ampliação de seus postos de trabalho, aumentando o número de vagas para os assistentes sociais atuarem em políticas de contenção das massas como peças fundamentais para a gestão da barbárie. O governo PT trouxe um aparente avanço em programas e políticas sociais que diminuiu o nível de miserabilidade da população brasileira, entretanto, contraditoriamente, também apresentou um grande aumento de políticas e ações repressivas e violentas contra as massas. Basta lembrar a invasão do morro do Alemão no Rio de Janeiro, a implementação das UPP's e diversas outras políticas repressivas que são paradigmas de segurança como técnica de governo<sup>3</sup>. Assim, Menegat (2012) traz dados que demonstram como o governo PT realizou a gestão

---

<sup>3</sup> Ver Capítulo 2 – No estado de exceção Agamben(2004) aponta que é uma tendência em todas as democracias ocidentais que a declaração de estado de sitio passe a ser substituída pelo paradigma de segurança como técnica de governo.

da crise social com o aumento de áreas e políticas que são esfera de atuação do assistente social e técnicas de gestão da barbárie.

A novidade do governo do PT é a gestão da crise social. De posse de diversas técnicas criadas no campo de gravitação de sua influência com relativa repercussão sobre o que alguns intelectuais do partido têm chamado de “governabilidade social”, ele pôde minimizar a inércia da barbárie. Este programa de gestão da barbárie ganhou efetivamente uma forma compatível com as possibilidades de sua execução no quadro de regressão da sociedade brasileira. (MENEGAT, 2012, p59/60)

As técnicas de gestão da barbárie produzidas ao longo da nossa experiência lenta e gradual de imersão neste estado, que deu ensejo a um respeitável laboratório tanto de diversidade de casos como de suas abrangências, no sentido de manter o essencial diante daquilo que desmorona, revelam como o pensamento social no Brasil se deslocou de posições críticas da nossa [de]formação nacional para ser mobilizado no estudo do controle social e da criação pragmática de soluções técnicas. Trocamos a crítica à estrutura e o empenho com a transformação do país pela produção de técnicas de minimização e contenção da pobreza. O resultado disso, em meio a nossa tragédia compartilhada pelo mundo, é que exportamos estas técnicas para 37 países; cf.: “Social ‘made in Brazil’ já está em 37 países”, *Jornal O Globo*, 8 de maio de 2005, p. 38; “Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana”, *Jornal Folha de São Paulo*, 21 de maio de 2006, B16. As técnicas que constam na lista são: Pastoral da Criança, Comitê para Democratização da Informática [CDI], Bolsa Escola, Bolsa Família, AfroReggae (!), Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [Peti], Projeto de Crédito Fundiário, Programa de Combate a Pobreza Rural e Cooperativas de Reciclagem de lixo [que no Brasil ocupam 500 mil catadores e movimentam R\$ 7 bilhões]. Restaria listarmos as técnicas repressivas e de genocídio sem comoção que com certeza logo serão modelo para exportação..( MENEGAT, 2012, p59 n.r.)

Menegat (2012, p.60) também aponta que essa gestão da crise não duraria muito. Em médio prazo, estaria apenas criando condições para governos com programas ultra-agressivos, contra todas as formas de governabilidade social, já que tais políticas desviam recursos que poderiam ser direcionados ao grande capital. Em consonância a essa previsão, podemos observar, poucos anos depois de sua escrita, o aprofundamento perverso desse tipo de política, vide o ocorrido nos últimos anos diante de toda a campanha de eleição e conduta do governo de Jair Bolsonaro.

Desta forma, até então, a atuação do serviço social tem sido a de um gestor da barbárie e contenção das massas sobrantes, pois reproduz um discurso que ilude sobre possibilidades de lutas que, na realidade, apenas legitima e reforça a ordem burguesa. Isso é feito veladamente, pois não tem o conhecimento de que está reforçando essa ordem, logo, acontece pela alienação derivada de valores profissionais que não se encaixam mais em tempos de catástrofe.

Contudo, existem exemplos de movimentos sociais que possuem novas formas territoriais de organização, como: os piqueteiros da Argentina, o movimento dos trabalhadores desempregados (MTD) de Quilmes/Solano; o MST no Brasil, as ligas das Juntas Vicinales de El Alto da Bolívia e os Zapatistas no México. Porém, mesmo que todos esses movimentos tenham limites e dificuldades de generalização e de elaborar formas de enfrentamento do Estado considerando características que os tornem instrumentos de confrontos políticos e embriões de poder popular são potenciais exemplos de como é possível romper como o ideário burguês. (MENEGAT (2012, p.54/56)

É nessa perspectiva, que os assistentes sociais precisam permitir a superação de sua atuação e parar de direcioná-la para um mundo que não é mais possível de se concretizar, para, a partir daí, incluir em sua formação e atuação profissional à aproximação com formas territoriais de organização. Fomentar e articular a generalização com o enfrentamento estatal, desenvolvimento e fortalecimento desses e novos embriões populares. Para proporcionar coletivamente que seja possível o desenvolvimento de um novo modelo social. E assim, neste contexto, o assistente social deixa de ser um mero gestor da barbárie capitalista e passa a ser a um dos agentes da mudança e superação desse modelo social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se tenta demonstrar com a presente pesquisa é que o mundo vem sofrendo profundas transformações destrutivas de toda possibilidade de uma emancipação humana.

O contexto social bárbaro ao qual a sociedade se encontra é fruto do limite interno do capital que, na tentativa de se manter funcional aos seus interesses, recorre à violência, em suas mais diversas facetas, para se sustentar no que ainda é possível. A perversidade de suas diretrizes, recaí diretamente naqueles que são os usuários do serviço social. Logo, cabe ao profissional crítico entender esse novo público e suas potencialidades revolucionárias.

É por isso que se faz necessário um novo pensar sobre as possibilidades e limites diante do que está posto, para sua superação, pois os meios revolucionários defendidos hegemonicamente na profissão acabam por fracassar ou reforçar as estruturas existentes, uma vez que seu principal elemento (a luta de classes) não cabe mais no mundo atual. As estruturas não têm mais como serem mantidas na fase que o capitalismo se encontra. Agora o capital não se reveste mais de concessões para se manter, mas sim do medo e violência, o que faz com que garantir direitos seja uma tarefa hercúlea no contexto de contrarreformas. Assim, entender a estrutura que ainda tenta sustentar esse modelo é fundamental para o serviço social crítico que acredita na possibilidade de superar esse modelo.

O usuário não é mais o usuário de outrora nos moldes do fordismo ou dos trabalhadores do século XIX, visto que, diante da supressão de postos de trabalho por máquinas a partir da Terceira Revolução Tecnocientífica, o mundo do trabalho ruiu, e com isso, o usuário de agora não tem mais acesso a postos de trabalho e muito menos a direitos. Não há mais espaços para todos os seres humanos no mundo do Capital.

É inquestionável que a profissão deve continuar atuando na defesa de direitos, na luta contra as desigualdades e injustiças sociais, na defesa de um sistema democrático que realmente abarque, com toda sua potencialidade de representatividade todos os tipos de diversidades, como também continuar com uma atuação crítica reflexiva do quadro social posto, defendendo a superação dessa

ordem perversa. Para tanto é preciso abrir espaço para novas formas de pensar a contemporaneidade, novas formas de atuação, novos sujeitos e movimentos potencialmente revolucionários, pois ao negligenciarmos o que há de novo, ficamos presos ao passado e, de certa forma, nos tornamos conservadores. Para além disso, ao viver em um mundo que não cabe mais no tempo atual, abrimos espaço para ataques e avanços de ultraconservadorismo burguês que reescreve as regras de forma a beneficiar apenas a elite, sujeitando milhões de vidas humanas a barbárie. Ou seja, a reflexão a ser feita é, também, sobre o avanço de uma política de direita e extrema direita, defensores unicamente dos interesses do Capital, justamente pelo fato dos representantes da esquerda, que possuem um compromisso social, estarem discutindo o passado e presos a ele, enquanto a direita, sempre que olha possibilidades futuras, tensiona a mudar o mundo ao seu modo. Neste contexto, a esquerda acaba ficando alguns passos atrás tentando aplicar soluções que caberiam no ontem e não no hoje. Preso ao passado, sem entender a realidade de seus usuários por defender algo que não é acessível a eles, o serviço social acaba por fomentar indiretamente um avanço das forças sociais regressivas.

Diante de uma atuação profissional direcionada e baseada num modelo obsoleto- o Estado de Bem- Estar Social-, a falta de sincronia do projeto ético político com o tempo histórico que vivemos faz com seus princípios não sejam factíveis no mundo atual. Diante de toda revolução tecnológica vivenciada, percebe-se que o mundo ficou mais dinâmico, inclusive referente os meios de alteração e métodos para sustentação do capitalismo. A necessidade da superação do modelo ético-político é premente para que o profissional consiga uma atuação direcionada a superar o modelo societário, pois o serviço social tem sua atuação perante seres humanos que, em grande parte, não pertencem mais ao mundo do trabalho e ainda sim precisam acessar meio de sobrevivência nesse contexto contraditório. A partir daí, a proposta é repensar as respostas que o serviço social vem promovendo em sua formação e atuação profissional, visto que, enquanto insistir em algo que não cabe mais nesse tempo histórico, a profissão fica presa ao passado e não consegue analisar a sociedade com perspectivas reais de mudança.

Assim, o presente trabalho conclui que é através da atuação profissional com esses núcleos humanos que pode vir a surgir um novo potencial revolucionário e emancipatório, e em consonância, sugere a necessidade de atualização da prática

reflexiva dos profissionais diante de um mundo que desmorona frente ao colapso de suas estruturas contraditórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**, 9. Ed. São Paulo, Cortez 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**, 25. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**, Zahar Editores, 1981

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**, Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Ano 2 n.3 (jan/jul 2001) Brasília, ABEPSS, Grafiline, 2001

\_\_\_\_\_. A herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Críticos**, 12. ed. São Paulo, Cortez, 2013, p.19/44.

\_\_\_\_\_. Capítulo III- A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social: 3.1 Rumos da análise e 3.2 Conquistas e desafios da herança recente. *In* IAMAMOTO, Marilda Villela **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**, 9. ed. São Paulo, Cortez, 2015, p. 209/244.

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**, *In* Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo/ (Org).Asa Cristina Laurell. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009

MANDEL, Ernest. Capítulo 6 – A Natureza Específica da Terceira Revolução Tecnológica. *In*: MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 129-156.

MENEGAT, Marildo. **A atualidade da barbárie**. Discursos Sediciosos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 13, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estudo sobre Ruínas**, Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catastrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios**, Rio de Janeiro : Consequência, 2019

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas à Propósito da “Questão Social”**, Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Ano 2 n.3 (jan/jul 2001) Brasília ABEPSS, Grafiline, 2001

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011

\_\_\_\_\_. **Uma Face Contemporânea da Barbárie**. In: G.M.Costa; R. Souza. (Org.). O social em perspectiva. Políticas, trabalho, Serviço Social. 1ed. Maceió: EDUFAL, 2013, v. , p. 11-45.